

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO



A Instrução no novo Código de Processo Civil

– A Prova por Declarações de Parte

Mariana Fidalgo

MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

Tese sob a orientação da Professora Dra. Isabel Alexandre

2015

ÍNDICE

| | |
|------------------|---|
| Introdução | 6 |
|------------------|---|

PRIMEIRA PARTE

A REFORMA DO PROCESSO CIVIL PORTUGUÊS

| | |
|---|----|
| 1. Enquadramento geral | 8 |
| 1.1. Principais alterações introduzidas pela Reforma | |
| . A) Afirmação do dever de gestão processual..... | 10 |
| . B) Atenuação do princípio do dispositivo quanto ao ónus da matéria de facto.... | 12 |
| . C) Nova configuração da audiência preliminar..... | 13 |
| . D) Substituição da base instrutória pela enunciação dos temas da prova..... | 14 |
| . E) Alegação única de facto e de direito..... | 16 |
| 1.2. Principais alterações em matéria de prova | |
| . A) Reposicionamento dos preceitos relativos à Fase de Instrução..... | 17 |
| . B) Antecipação do momento da proposição dos meios de prova..... | 20 |
| . C) Redução do limite do número de testemunhas..... | 21 |

SEGUNDA PARTE

PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO CIVIL PORTUGUÊS

| | |
|---|----|
| 2. Aspetos gerais..... | 23 |
| . A) Princípio do dispositivo..... | 23 |
| . B) Princípio do contraditório..... | 24 |
| . C) Princípio da cooperação..... | 26 |
| . D) Princípios da economia e da celeridade processuais..... | 26 |
| . E) Princípios da preclusão e da autorresponsabilidade das partes..... | 28 |
| . F) Princípio do inquisitório..... | 29 |
| . G) Princípios da imediação, da oralidade e da concentração..... | 30 |
| . H) Princípio da livre apreciação da prova..... | 30 |
| . I) Princípio da aquisição processual..... | 32 |

TERCEIRA PARTE
A PROVA POR CONFISSÃO DAS PARTES

| | | |
|-------------|--|----|
| 3. | Enquadramento geral..... | 33 |
| 3.1. | Prova por confissão das partes | |
| | . A) Aspetos gerais..... | 34 |
| | . B) Objeto..... | 36 |
| | . C) Modalidades e força probatória..... | 37 |
| | . D) Procedimento processual..... | 38 |
| 3.2. | A valoração dos depoimentos de parte à luz do anterior Código | |
| | . A) Aspetos gerais..... | 39 |
| | . B) Teses da não valoração das declarações favoráveis..... | 40 |
| | . C) Teses da livre valoração das declarações favoráveis | 41 |
| | . D) Críticas e conclusões..... | 47 |
| 4. | Ordenamentos jurídicos estrangeiros | 49 |
| | . A) Direito alemão..... | 50 |
| | . B) Direito espanhol..... | 50 |
| | . C) Direito italiano..... | 52 |

QUARTA PARTE
A PROVA POR DECLARAÇÕES DE PARTE

| | | |
|-------------|--|----|
| 5. | Prova por declarações de parte | |
| 5.1. | Aspetos gerais. Desígnios e utilidade..... | 54 |
| 5.2. | Âmbito de aplicação material e temporal..... | 60 |
| 5.3. | Procedimento processual | |
| | . A) Temporalidade do requerimento..... | 62 |
| | . B) Iniciativa do requerimento..... | 67 |
| | . C) Objeto..... | 70 |
| | . D) Indicação discriminada dos factos a que se reporta..... | 72 |
| | . E) Outros aspetos processuais..... | 73 |

| | |
|--|-----------|
| 5.3. Valor probatório..... | 75 |
| 5.4. Confronto com os princípios processuais vigentes | |
| . A) Confronto com o princípio da igualdade | 80 |
| . B) Confronto com o princípio da celeridade processual..... | 84 |
| Conclusões.... | 87 |
| Bibliografia | 90 |

INTRODUÇÃO

Pretende-se, com este estudo, contribuir para a análise e compreensão de um dos novos meios de prova instituídos pela Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho, que procedeu à mais recente alteração ao nosso Código de Processo Civil.¹ Reportando-nos à novíssima Prova por Declarações de Parte, expressa no artigo 466.º, principiaremos, porém, por ressaltar o enquadramento histórico-temporal e material deste instituto, atenta a importância que ambas as vertentes *supra* mencionadas detiveram na escolha deste tema.

Temporalmente, o surgimento da prova por declarações de parte inclui-se, como já ficou expresso, na profunda reforma legislativa operada em 2013, o que constitui, já por si só, um tópico por demais atraente – tanto pela novidade e inovação que o mesmo encerra; mas sobretudo pelo debate e controvérsia então gerados, anunciada que foi aquela que seria a maior e mais importante reforma do processo civil levada a cabo nos últimos anos, com (pelo menos a ambição de) alteração do paradigma jurídico vigente.

Permitindo-nos manter à margem de considerações críticas acerca da bondade das alterações legislativas introduzidas globalmente consideradas, e procurando igualmente não extravasar o âmbito daquilo que nos propomos examinar com ponderações sobre se estamos ou não perante um novo Código ou, por outro lado, um Código novo, somente faremos uma breve incursão por ambos os pontos.

Assume idêntico relevo a análise dos princípios estruturantes do processo civil português, mais particularmente dos que foram alvo de intervenção legislativa. Concede-se ainda especial enfoque às principais mudanças operadas pela reforma, sobretudo ao nível do direito probatório, na nova Fase de Instrução do Processo, agora autonomizada e reformulada.

Este último tópico conduz-nos ao âmbito material que acima mencionámos e que tanto influenciou a nossa opção – apontamos, de facto, o tema da prova como um dos mais proeminentes e sedutores no universo do Direito, quer pela importância que reveste no âmbito do processo, quer pela sua presença constante na realidade da vida,

¹ Doravante, os artigos indicados no texto sem a menção do diploma a que se reportam, referem-se ao Código de Processo Civil, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho.

onde tantas vezes necessitamos de demonstrar e estabelecer a verdade de um facto, arredando qualquer margem de ambiguidade ou indecisão.

No plano judicial, parece-nos que, mais do que discutir o enquadramento jurídico do caso concreto, as partes pelejam por dar cumprimento ao ónus da prova que lhes cabe; isto é, procuram incessantemente a prova dos factos constitutivos do seu direito ou, por outro lado, a prova dos factos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito contra si invocado, o que se afigura condição essencial para alcançar, respetivamente, a procedência ou a improcedência da ação.

Mais diremos que o próprio cidadão comum, leigo em matéria jurídica, se encontra geralmente consciencializado da necessidade de produção, em juízo, de prova que suporte a sua pretensão², pois que a mera verdade não é suficiente quando desacompanhada da competente demonstração, sendo que tal se revela fundamental para a obtenção de um desfecho favorável e para a consequente efetivação dos respetivos direitos.

Pois bem, podem agora as partes ser ouvidas diretamente pelo tribunal se assim o requererem, com vista a depor sobre factos em que tenham intervindo pessoalmente ou de que tenham conhecimento direto. No desiderato de promover o esclarecimento de pontos controversos na produção e análise deste novo meio de prova com que os operadores jurídicos passarão a conviver, bem como, reunir o essencial sobre a matéria em texto comedido, elaborou-se esta modesta dissertação que, se para tal contribuir um pouco, terá certamente valido o esforço.

² Em sentido contrário, Fernando Pereira Rodrigues, *A Prova em Direito Civil*, Coimbra Editora, 2011, pág. 11.

PRIMEIRA PARTE

A REFORMA DO PROCESSO CIVIL PORTUGUÊS

1. Enquadramento geral

A Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho, que procedeu à aprovação do Código de Processo Civil, com entrada em vigor e aplicação a partir de 1 de Setembro de 2013, reproduziu, com ligeiras e pontuais alterações, o projeto deste Código constante da Proposta de Lei n.º 113/XII³, apresentada pelo Governo à Assembleia da República, à data de 30 de Novembro de 2012.

Porém, dois diferentes projetos legislativos já haviam antecedido estoutro, caracterizando-se o primeiro por ser uma proposta⁴ apresentada, em Dezembro de 2011, pela Comissão de Revisão do Processo Civil, para o efeito designada pelo Ministro da Justiça Alberto Martins, tendo a mesma sido mantida pela Ministra da Justiça Paula Teixeira da Cruz. O segundo projeto legislativo⁵, embora assente nesta proposta da Comissão de Revisão, porquanto manteve todas as alterações por esta apontadas, foi produzido à sua margem, consistindo, no essencial, na reordenação sistemática de matérias do Código de Processo Civil e consequente renumeração dos respetivos artigos. Este projeto foi submetido à apreciação de várias entidades em Outubro de 2012, tendo estado na origem da *supra* mencionada Proposta de Lei, que não deixou, contudo, de introduzir alterações e novas soluções, por referência aos anteriores documentos.

Neste período de intenso dinamismo e reflexão processualista, que mediou a preparação e a aprovação das mais recentes alterações legislativas ao C.P.C. e que contou com o contributo institucional e individual de elevado número de agentes, é curioso observar que os três preceitos na origem do hodierno artigo 466.º, que aqui

³ Proposta de Lei n.º 113/XII – Aprova o Código de Processo Civil, apresentada pelo Governo na Assembleia da República, em 30 de Novembro de 2012, disponível para consulta em <<https://sites.google.com/site/ippcivil/politica-legislativa-2/revisao-do-cpc>> (acesso, em 18/02/2015).

⁴ Proposta de Revisão do Código de Processo Civil apresentada pela Comissão de Revisão, em Dezembro de 2011, disponível para consulta em <<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-justica/documentos-oficiais/20111218-revisao-codigo-processo-civil.aspx>> (acesso, em 18/02/2015).

⁵ Projeto de “Novo Código de Processo Civil” apresentado pelo Ministério da Justiça, em Outubro de 2012 disponível para consulta em <<https://sites.google.com/site/ippcivil/politica-legislativa-2/revisao-do-cpc>> (acesso, em 18/02/2015).

nos ocupa especificamente e que adiante se tratará com maior minúcia, não sofreram, na realidade, quaisquer modificações que não fossem a consecutiva renumeração do respetivo preceito e da remissão efetuada no seu n.º 2; pelo que, diremos que a inovadora introdução da prova por declarações de parte no direito processual civil nacional, bem como, os trâmites do respetivo regime, foi invulgarmente unânime, no seio daqueles que se dispuseram participar na reforma legislativa operada.

Assim não se verificou ter ocorrido a propósito de muitas outras matérias, principiando, desde logo, pelos objetivos e intenções enunciados com a reforma.

Com efeito, na sequência da aparatosa proclamação de que o atual código em vigor instituiu um renovado regime jurídico processual civil, parte da doutrina cedo manifestou a sua discordância com semelhante afirmação, defendendo que a mera renumeração de artigos não conduz necessariamente à conclusão de que operou um corte com o passado⁶; não sendo este um novo C.P.C. mas antes uma solução de continuidade da revisão de 1995/1996⁷, tal como ficou inclusivamente expresso na Exposição de Motivos da Proposta de Lei n.º 113/XII⁸. Nesta senda, afirma JOÃO CORREIA que *“entre as Reformas de 1995/96 e a que agora se preconiza não ocorrem divergências, nem ideológicas, nem deontológicas”*; contudo, agora *“atingiu-se o patamar necessário para a concretização das Reformas de 1995/96, impondo condutas ou eliminando os momentos de irresponsabilidade e de incumprimento comportamental.”*⁹

Teremos, adiante, oportunidade de analisar três das principais similitudes entre as medidas implementadas em 1995/1996 e as que agora surgiram, que estão na base da nossa tomada de posição, também neste sentido¹⁰.

⁶ Neste sentido, José Luís Bonifácio Ramos, *Desígnios do “novo” Código de Processo Civil Português*, in *O Direito*, Almedina, Ano 145.º, IV, 2013, pp. 815-816.

⁷ Assim, Lebre de Freitas, *Sobre o novo Código de Processo Civil (uma visão de fora)*, in *Julgar*, Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Coimbra, 2012, n.º 17 (Maio-Agosto 2012).

⁸ *“A presente reforma completa a de 1995/1996, pois não só não entra em rota de colisão com o que aquela hierarquizou, como preenche o vazio da sua concretização e, por essa via, como se disse, a completa.”*, in Proposta de Lei n.º 113/XII, cit.

⁹ João Correia, *As linhas orientadoras da Reforma do Processo Civil*, in *O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.

¹⁰ Vide pontos **1.1 . B)**; **1.1 . C)**; e **1.1 . D)** – estamos perante três novas medidas, agora instituídas, com semelhanças evidentes com outras implementadas em 1995/96, a saber: a atenuação do princípio do dispositivo e reforço dos poderes cognitivos do tribunal; a criação da figura da audiência preliminar,

Com conceção mais moderada, ANTÓNIO JÚLIO CUNHA aceita a afirmação de que nos encontramos perante um novo Código, não por considerar ter havido uma efetiva mudança de paradigma na legislação processual, mas tão-só porque não deve considerar-se um “*novo Código*” somente aquele que altere totalmente o modelo anterior.¹¹

Por outro lado, cumpre dar a devida nota da existência de convicção diferente, associando as últimas alterações legislativas à incontestável composição de um “*novo figurino*”, que promoverá “*a subversão de rotinas que se mantêm há décadas*.”¹²

No mesmo sentido, FERNANDO PEREIRA RODRIGUES afirma que a reforma em questão desenvolveu “*um novo modelo de processo civil, mais simples, flexível e despojado de formalismos excessivos, com variantes não desconsideráveis na expressão daqueles princípios e com profundas alterações na dinâmica do processo*.”¹³

Vejamos, então, muito sinteticamente e sem preocupação de exaustividade, as mais significativas mudanças operadas.

1.1. Principais alterações introduzidas pela Reforma

. A) Afirmação do dever de gestão processual

O dever de gestão processual, parcialmente importado do Regime Processual Civil Experimental¹⁴, encontrou cabimento no artigo 6.º, que nos revela um elenco de tarefas atribuídas ao juiz da causa, a todas sendo transversal a procura da *justa composição do litígio em prazo razoável*, que se afirma como critério orientador da ação do julgador no processo.¹⁵

atual audiência prévia; e a substituição do questionário pela base instrutória, agora suprida pela enunciação dos temas da prova.

¹¹ António Júlio Cunha, *Direito Processual Civil Declarativo à luz do Novo Código de Processo Civil*, Lisboa, Quid Juris, 2013, pág. 20.

¹² Entre outros, João Correia, Paulo Pimenta e Sérgio Castanheira, *Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*, Almedina, 2013.

¹³ Fernando Pereira Rodrigues, *O Novo Processo Civil – Os Princípios Estruturantes*, Almedina, 2013.

¹⁴ O D.L. n.º 108/2006, de 8 de Junho, que instituiu o agora revogado R.P.C.E., previu, pela primeira vez, na al. c) do seu artigo 2.º, a adoção, por parte do juiz, de mecanismos de agilização processual no âmbito da direção do processo.

¹⁵ Neste sentido, Paulo Ramos de Faria, *O instituto da gestão processual: breve comentário ao artigo 6.º do Código de Processo Civil português (excertos)*, in *O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.

Não obstante ser este critério orientador facilmente identificável, destacaremos a dificuldade de individualização dos vários poderes-deveres do juiz contidos neste denso preceito.¹⁶ Com efeito, o atual artigo 6.º inclui, no dever de gestão processual, e em adição aos diversos apelos à celeridade processual, quer o princípio da oficialidade na vertente do poder de direção do processo, quer uma manifestação do princípio da adequação formal expresso no artigo 547.º, aqui consubstanciada nas pretendidas agilização e simplificação processuais. Neste ponto, LEBRE DE FREITAS entende não haver autonomia do consagrado dever de gestão processual perante os princípios pré-existentes da direção do processo pelo juiz e da adequação formal.¹⁷

ISABEL ALEXANDRE tenta, porém, a destrição dos três institutos, concluindo que são, na realidade, identificáveis configurações particulares da gestão processual, que não integram nenhum dos outros dois princípios. Como demonstrações de um dever de gestão processual do juiz não reconduzíveis ao princípio da adequação formal, podem indicar-se, a título de exemplo, a programação da audiência final na audiência prévia prevista nos artigos 591.º, n.º 1, al. g) e 593.º, n.º 2, al. d); bem como, a possibilidade de admissão de testemunhas para além do limite previsto, ínsita no n.º 4 do artigo 511.º.¹⁸ Por outro lado, refere a mesma Autora que, visando o princípio da oficiosidade contrariar o entorpecimento da realização da justiça por aspetos meramente formais, através do suprimento, pelo juiz, de irregularidades que obstem ao conhecimento do mérito; o dever de gestão processual, tendo por base o mesmo objetivo, tem antes aplicação nos casos de aspetos formais de menor relevo, em que a obediência ao formalismo exigido redundaria em disfuncionalidade e perda de eficiência.

Perante a questão, em jeito de conclusão, de saber se a consagração deste recente dever de gestão processual altera qualitativamente a função judicante e impõe um diferente figurino relacional, cremos que, apesar da maior amplitude e densificação do preceito, as parcas concretizações do mesmo, para além de decorrerem já de outros princípios processuais civis com plena aplicação prática, são

¹⁶ Assim, Isabel Alexandre, *O dever de gestão processual do juiz na proposta de lei relativa ao novo Código de Processo Civil*, in *O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.

¹⁷ Veja-se Lebre de Freitas, *Sobre o novo Código...*, *ob. cit.*

¹⁸ Isabel Alexandre, *O dever de gestão processual...*, *ob. cit.*

insuficientes para fundarem, por si só, tal afirmação.¹⁹ Destacamos, contudo, como reformadora, a imposição da tendencial obrigatoriedade do exercício, por parte do juiz, deste dever a que se encontra vinculado, que não mais poderá ser entendido como um poder discricionário de carácter facultativo.

. B) Atenuação do princípio do dispositivo²⁰ quanto ao ónus de alegação da matéria de facto

Estatui agora o n.º 1 do artigo 5.º que cabe às partes alegar os factos essenciais que constituem a causa de pedir e aqueles em que se baseiam as exceções invocadas; o que equivale a dizer que as partes somente se encontram oneradas com a alegação, nos respetivos articulados, dos factos de cuja verificação depende a procedência da pretensão por si deduzida.

Diferentemente do que antes se previa, verificamos que, neste novo regime, o n.º 2 do mesmo preceito determina que os poderes de cognição do tribunal não se circunscrevem aos factos originariamente alegados pelas partes.

Com efeito, a al. a) do preceito *supra* mencionado, mantendo o teor do anterior artigo 264.º, n.º 2, 2ª parte, preceitua que deverão ser considerados pelo juiz os factos instrumentais que resultem da instrução da causa, isto é, os factos que permitem a prova indiciária dos factos essenciais e que, tendo uma função meramente probatória, não preenchem os tipos legais.

É, porém, a inovação da al. b) que queremos salientar, ao dispor que os factos que sejam complemento ou concretização dos factos essenciais nucleares alegados – isto é, os factos essenciais que, embora necessários para a procedência da ação, não têm uma função individualizadora do tipo legal – que resultem da instrução da causa, devem ser tomados igualmente em linha de conta pelo julgador na decisão a proferir, exigindo-se apenas que as partes hajam tido oportunidade de pronúncia sobre os mesmos. Denota-se, pois, uma ampliação dos poderes cognitivos do tribunal, na

¹⁹ Em sentido diferente, veja-se Paulo Ramos de Faria, *O instituto da gestão...., ob cit.:* “Desde a consagração da gestão processual como um dever, até à ostensiva utilização do advérbio *ativamente*, passando pela eliminação do adjectivo *regular*, todas as novidades gramaticais apontam no sentido de pretender o legislador algo mais do juiz”.

²⁰ Vide ponto 2. A).

medida em que esta consideração deixa de depender da manifestação de vontade das partes nesse sentido.

Desta alteração legislativa resulta essencialmente que as partes, ao elaborarem as suas peças escritas, poderão e deverão concentrar-se na factualidade essencial, não sendo necessário incluir nelas os pontos de facto de natureza instrumental; tampouco havendo receio justificado de que o juiz desatenda ou ignore tais factos na altura oportuna. Nesta medida, procurou criar-se um condicionalismo favorável a que os articulados se tornem mais curtos e concisos.²¹

. C) Nova configuração da audiência preliminar

Mantendo a tradição, introduzida pela Reforma de 1995/1996, de realização de uma audiência na fase intermédia do processo, a anterior audiência preliminar deu agora lugar à audiência prévia.

JOÃO CORREIA alude, neste ponto, a um novo instituto, quer quanto à sua tendencial obrigatoriedade, quer quanto às suas concretas funções, *“em suma, a combinação nuclear do contraditório, da oralidade e da gestão processual, com consequências que nada têm de paralisantes e, bem ao invés, assumem especial função catalisadora [...]”*. Continua o mesmo Autor, dizendo que *“[p]rocura-se assegurar, com efectividade, a aproximação entre as partes, e estas e o tribunal, através de uma cultura de diálogo. Visa-se ainda que a actuação dos sujeitos processuais seja dominada pela ideia de oralidade e da cooperação entre todos. A audiência prévia contém virtualidades que a tornam um palco privilegiado onde, simultaneamente, actuam todos os intervenientes processuais, numa verdadeira comunidade de trabalho.”*²² Com parecer mais reticente, contudo, MARIA JOÃO SOUSA FARO declara que *“uma outra audiência (prévia ou preliminar) à de julgamento é, regra geral, um factor de atraso de um processo.”*²³

Pois bem, a audiência prévia obteve consagração legal no artigo 591.º, preceito que se caracteriza por elencar um conjunto detalhado de finalidades e funções que lhe são cometidas, entre as quais a realização de tentativa de conciliação, a supressão de

²¹ Neste sentido, João Correia, Paulo Pimenta e Sérgio Castanheira, *Introdução ao Estudo...*, *ob. cit.*

²² João Correia, *As linhas orientadoras...*, *ob. cit.*

²³ Maria João Sousa Faro, *A audiência Prévia*, in *O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.

insuficiências ou imprecisões, o proferimento de despacho saneador, o debate sobre a adequação formal e a programação minuciosa da audiência final. A inovação parece residir no despacho relativo à fixação do objeto do litígio e dos temas de prova, a que se alude adiante.²⁴

Posto isto, cumpre referir as situações em que a audiência prévia não se realiza, expressos no artigo 592.º – tal sucederá se a ação não foi contestada ou se já tiver sido assegurado o contraditório da exceção dilatória procedente.

Mais interessantes serão os casos, apontados no n.º 1 do artigo 593.º, em que o juiz pode dispensar a referida audiência, substituindo-a pelo proferimento dos despachos constantes do n.º 2 do mesmo preceito. Ora, como bem nota JOSÉ VIEIRA E CUNHA, “[d]o exaustivo elenco constam, num juízo meramente empírico, praticamente todos os processos cíveis que correm termo num juízo. Nesses casos, dizia, é cometido ao juiz, sem audiência prévia das partes, efectuar aquilo que seria a todos cometido em princípio, isto é, determinar a adequação formal, fixar o objecto e temas de prova e programar os actos a realizar na audiência final e sua temporização. [...] vejo nestas ‘escapatórias’ um convite a que ao processo volte a ‘ser o que era’, um processo escrito, factualmente muito detalhado, individualmente pensado e muito analítico.”²⁵ Pensamos que será justamente o que ocorrerá, sem que se atinjam os desígnios da reforma, neste ponto.

. D) Substituição da base instrutória pela enunciação dos temas da prova

O tópico ora em análise justifica um breve recuo temporal, para análise da figura histórica da base instrutória, que tem por antepassado o questionário. Muito sucintamente, diremos que a seleção da matéria de facto, na vigência do C.P.C. de 1961, só considerava os factos que as partes tivessem originariamente incluído nos respetivos articulados, sendo que a matéria de facto controvertida era convertida em questionário, no qual assentava toda a atividade processual subsequente, com destaque para a instrução do processo. Com efeito, as diligências de prova só podiam recair sobre os factos constantes do questionário, as testemunhas só podiam ser

²⁴ Vide ponto 1.1. D).

²⁵ José Vieira e Cunha, *A audiência prévia no Código Revisto – 2013*, in *O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.

interrogadas sobre os factos constantes do questionário que tivessem sido articulados pela parte que a ofereceu e, no julgamento da matéria de facto, o tribunal considerava cada facto constante do questionário como “*Provado*” ou “*Não provado*”. Perante a rigidez e pouca abertura deste sistema, a verdade processual não equivalia, muitas das vezes, à verdade material.

O legislador de 1995/1996, numa tentativa de ultrapassar este modelo de quesitação, instaurou a figura da base instrutória, flexibilizando o ato de seleção da matéria de facto e reforçando os poderes inquisitórios do juiz, com o intuito de assegurar que, além da descoberta da verdade, se visasse a justa composição do litígio. Por outro lado, atenuadas as preclusões ligadas ao ónus de alegação das partes, o juiz passou a poder considerar, na sua decisão final, os factos instrumentais, bem como os factos essenciais que complementassem ou concretizassem os inicialmente alegados, quando uns e outros resultassem da instrução ou discussão da causa e a parte interessada manifestasse uma vontade nesse sentido, tendo sido previamente assegurado o exercício do contraditório à parte contrária.

Porém, destaque-se que os efeitos pretendidos por esta Reforma não alcançaram o seu resultado prático, tendo-se preservado, na essência, a tradição anterior – os articulados mantiveram as extensas alegações do passado, ignorando a distinção entre factos essenciais e factos instrumentais; sendo que as bases instrutórias conservaram igualmente a dimensão, minúcia e rigidez do antigo questionário, procurando cobrir ao pormenor tudo quanto foi alegado; tampouco tendo havido alterações de relevo em sede de produção da prova, na audiência final. Verificou-se, em suma, que a base instrutória não logrou permitir que, no julgamento da matéria de facto, o tribunal tivesse margem para abarcar o efetivo e concreto quadro fáctico que lhe foi dado a observar pela prova produzida em juízo, sem tolher essa dinâmica própria da realidade factual.

É neste contexto que surge, agora, a enunciação dos temas da prova, pretendendo “*operar um corte com o passado, um corte com a prática forense dos últimos 70 anos, em termos de assegurar que a instrução decorra sem limites artificiais, balizada apenas pelos limites que resultam da causa de pedir e das excepções deduzidas.*”²⁶. Para tanto,

²⁶ Paulo Pimenta, *Os temas da prova*, in *O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.

novamente se atenuaram o princípio do dispositivo e o ónus de alegação das partes, bem como, foram ampliados os poderes cognitivos do tribunal.²⁷

Dispõe o atual artigo 596.º que, devendo a ação prosseguir, o juiz profere despacho destinado a identificar o objeto do litígio e a enunciar os temas da prova.

Relativamente ao objeto do litígio, antecipou-se este momento dos autos que, anteriormente, somente ocorria na sentença.

Quanto aos temas da prova a definir, ambicionou-se que o método a empregar seja mais fluído e abrangente, sem redução às regras precisas e formais que nortearam o questionário e a base instrutória; pretendendo-se que o julgador passe a enunciar a matéria de facto essencial sem especificar, em concreto, todos os factos que podem ser objeto de prova no julgamento.

Refira-se, por relevante, que, apesar desta maior flexibilidade ínsita ao conceito de temas da prova, o juiz não se encontra, naturalmente, dispensado de indicar com exatidão os factos provados e os não provados, no momento do julgamento da matéria de facto, a ter lugar na sentença.

Eliminado, ainda, o nexo direto entre os depoimentos testemunhais e um concreto ponto de facto pré-definido, procurou-se, efetivamente, que a prova produzida nos autos e a perceção que o juiz dela possa ter corresponda, o mais fielmente possível, à realidade histórica dos acontecimentos narrados.²⁸ Contudo, também esta medida parece ter tido inspiração na reforma de 1995/96, uma vez que, com esta, a lei passou a identicamente a estabelecer que a testemunha deveria ser inquirida sobre os factos articulados ou impugnados pela parte que a ofereceu²⁹, e não, como anteriormente, por referência aos factos constantes do antigo questionário.

. E) Alegação única de facto e de direito

Destacamos como igualmente inovadora a preocupação de obstar à antiga separação rígida entre a apreciação e a decisão da matéria de facto e a apreciação e a decisão do aspeto jurídico da causa. Sobre a inevitável complexidade de tal cisão, já ANSELMO DE CASTRO afirmava que *“[a] linha divisória entre o facto e o direito não tem*

²⁷ Vide ponto 1.1. B).

²⁸ Vide ponto 1.2. C).

²⁹ Vide anterior n.º 1 do artigo 638.º.

*carácter fixo, dependendo em considerável medida não só da estrutura da norma, como dos termos da causa; o que é facto ou juízo de facto num caso poderá ser direito ou juízo de direito noutro. Os limites entre um e outro são, assim, flutuantes.”*³⁰

Pois bem, ciente de que a diferenciação entre a matéria de facto e a matéria de direito assume especial dificuldade e de que não é possível compartimentar a audiência final consoante se trate da discussão quanto aos factos ou quanto ao direito, o legislador eliminou a destriça entre alegações sobre a matéria de facto e alegações sobre o aspeto jurídico da causa. Deste modo, finda a produção de prova, terão lugar as alegações orais únicas, nas quais os mandatários das partes deverão expor, simultaneamente, as conclusões, de facto e de direito, que hajam retirado da prova produzida. Equivale isto a dizer que se concentra num único momento, a oportunidade concedida às partes de as mesmas se pronunciarem diretamente acerca dos factos que, mediante um juízo de prognose, entendem ter ficado adquiridos durante a instrução do processo; bem como, do direito aplicável à causa, atenta a prova que consideraram produzida ao longo do processo. Tal como na sentença, procede-se à análise crítica das provas, à indicação das ilações tiradas dos factos instrumentais e à especificação dos demais fundamentos que devem ser decisivos para a convicção a afirmar nessa decisão.

De salientar, por fim, que a celeridade, apresentando-se como o grande objetivo que a reforma legislativa se propôs concretizar, é plenamente revelada neste ponto, sobretudo tendo sido consagrada a limitação da duração das alegações dos advogados, patente no n.º 5 do artigo 604.º; e detendo o juiz, nos termos gerais do n.º 1 do artigo 6.º, todos os poderes necessários para tornar útil e breve a discussão.

1.2. Principais alterações em matéria de prova

. A) Reposicionamento dos preceitos relativos à Fase de Instrução

A alteração da numeração e sistematização do Código não colheu grande simpatia no seio da comunidade jurídica, não só pela sobrecarga que representa para os agentes jurídicos familiarizados com a antiga ordenação sistemática, que agora dista,

³⁰ Anselmo de Castro, *Direito Processual Civil Declaratório*, vol. III, Almedina, 1982.

em determinados casos, mais de cem números dos preceitos correspondentes; mas sobretudo por não se encontrar, intrínseca a esta mudança, uma qualquer razão lógica e justificativa.

PAULO PIMENTA apresenta, porém, dois argumentos a favor da medida em apreço, a saber: “a promulgação de um código inteiramente novo teria a vantagem de, além de pôr fim a certa dispersão e confusão legislativa, nos fazer compreender que estamos mesmo perante um novo regime”³¹; pretendendo referir-se, cremos, à forma como a revisão de 1995/1996 foi recebida, interiorizada e aplicada pela generalidade da comunidade jurídica no quotidiano forense³². É, aliás, o mesmo Autor que alerta, pertinentemente, para a necessidade de qualquer intervenção legislativa ter de ser acompanhada por uma consequente “reforma de mentalidades”, sob pena de ficar a mesma por concretizar e de se manter o “movimento perpétuo legislativo” a que assistimos no domínio do processo civil.

Analisando, mais especificamente, o reposicionamento de que foram alvo os preceitos relativos à Fase de Instrução, refere LEBRE DE FREITAS que os artigos que regulam o direito probatório formal melhor continuariam no âmbito da tramitação do processo comum, inseridos entre a fase dos articulados e a fase de discussão e julgamento da causa³³, por ser nesse lapso temporal que ocorre, por excelência, a instrução do processo. Acompanhamos este Autor por considerarmos igualmente que a colocação da matéria da prova na Parte Geral do Código não denota grande coerência e tampouco importa uma vantagem manifesta.

Ainda assim, não deixaremos de aludir à opinião contrária de outros Autores, que não censuram esta opção do legislador porquanto com a mesma se alcança a simplicidade da dinâmica da marcha do processo, apresentando apenas o conteúdo mínimo da mesma, que cabe aos sujeitos processuais preencher com os atos que julguem indispensáveis.³⁴ Há quem privilegie ainda o facto de as previsões atinentes à instrução não serem típicas ou exclusivas da ação declarativa, tendo plena aplicação aos restantes domínios processuais em que se conceba a realização de diligências de

³¹ Paulo Pimenta, *Tópicos para a reforma do Processo Civil português, in Julgar*, Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Coimbra, 2012, n.º 17 (Maio-Agosto 2012), pág. 127.

³² Vide ponto 1.1. D).

³³ Lebre de Freitas, *Sobre o novo Código...*, ob. cit.

³⁴ Assim, Paulo Ramos de Faria e Ana Luísa Loureiro, *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil – os Artigos da Reforma*, vol. I, Almedina, 2013.

produção de prova. Nestes termos, a supressão, em bloco, destes preceitos da regulamentação da ação declarativa serve o propósito de *“enfatizar a ideia de concentração processual na acção declarativa e para destacar a ideia de que a acção declarativa comum deve decorrer em torno de duas audiências: a audiência prévia e a audiência final. [...] Acresce que está cada vez mais esbatida, se não eliminada, a ideia de que a instrução constituía uma fase autónoma do processo declarativo, o que supunha uma visão estanque e sequencial da tramitação, algo que hoje não tem verdadeira correspondência com a realidade.”*³⁵

Pois bem, reconhecemos que a fase de instrução não apresenta autonomia, pelo menos formal, no processo de declaração. Neste mesmo sentido, ISABEL ALEXANDRE sublinha que a transferência de preceitos ocorrida contribui para a consideração da instrução, não como uma das fases do processo comum, mas como uma mera atividade de preparação, apresentação ou produção de prova, que poderá ocorrer em todo e qualquer processo, a qualquer momento do mesmo.³⁶

Todavia, é inultrapassável o facto de que a generalidade das ações declarativas cíveis decorre sob a forma de processo comum e, no âmbito destas, há, na esmagadora maioria dos casos, necessidade de diligências de produção de prova, a ter lugar tendencialmente entre ambas as audiências ou na audiência final. Por esta razão, grande parte dos preceitos agora colocados na Parte Geral foram inicialmente projetados para ter aplicação primacial, senão exclusiva, às ações declarativas comuns, em diligências de produção de prova a ocorrer sobretudo em sede de audiência final; de onde resultou alguma incoerência lógica na sua introdução, sem qualquer adaptação, na Parte Geral do Código.³⁷

Em adição a esta discrepância pontual, de que são simples exemplos todos os artigos que utilizam conceitos típicos e exclusivos do processo comum, tais como o de *termo das alegações orais* ou *encerramento da discussão*; não descortinamos qualquer superior proveito na mudança. Na realidade, a manutenção das normas de direito

³⁵ João Correia, Paulo Pimenta e Sérgio Castanheira, *Introdução ao Estudo...*, ob. cit.

³⁶ Isabel Alexandre, *A fase de instrução e os novos meios de prova no Código de Processo Civil de 2013*, in *Revista do Ministério Público*, Ano 13 (Abril – Junho 2013), 2013, pp. 9-42.

³⁷ Neste seguimento, alerta Isabel Alexandre para a necessidade de *“fazer referência, nas disposições respeitantes ao processo comum de declaração, à existência de uma fase de instrução (que pode, na verdade, ter autonomia cronológica) e, bem assim, adequar aquelas disposições relativas à instrução a qualquer forma processual.”*, ob. cit.

probatório formal no seio da tramitação do processo comum não colidiria com os princípios estruturantes e com a sistemática do Código, bastando, por exemplo, a remissão permitida pelo artigo 549.º, n.º 1 para a sua idêntica aplicação aos processos especiais.

. B) Antecipação do momento da proposição dos meios de prova

As partes devem, agora, apresentar os seus requerimentos probatórios nos respetivos articulados, nos termos dos artigos 552.º, n.2; 572.º, al. d); e 588.º, n.º 5; o mesmo se aplicando, por analogia, à réplica.

As alterações em questão encontram justificação na promoção do princípio da celeridade processual³⁸, procurando, com as mesmas, obstar-se, acima de tudo, a expedientes dilatórios – as partes indicam os meios de prova de que se pretendem fazer valer numa fase consideravelmente antecipada do processo, sendo que poderão igualmente contar, desde o início, com o conhecimento da estratégia probatória da parte contrária.

Por outro lado, e sem prejuízo da possibilidade de alteração posterior dos requerimentos probatórios na audiência prévia, prevista no n.º 1 do artigo 598.º, cremos que esta diligência deixará, ao contrário do que ocorria na audiência preliminar, de ser consumida com a análise dos mesmos, podendo todos os intervenientes concentrar-se na prossecução das restantes finalidades para que tal figura foi criada.³⁹

Mantém-se ainda a faculdade de proceder ao aditamento ou alteração do rol de testemunhas até vinte dias antes da data da realização da audiência final, nos termos do n.º 2 do mesmo preceito.

Relativamente à apresentação da prova documental, dispõe, similarmente, o artigo 423.º, n.º 1, que os documentos devem ser juntos com o articulado em que se aleguem os factos correspondentes. A inovação introduzida reside no n.º 2 do artigo, que dispõe que os documentos que não foram juntos com o articulado respetivo somente serão aceites, já com uma eventual condenação em multa da parte que não logre provar a impossibilidade de os ter junto antes, até vinte dias antes da data da

³⁸ Assim, Isabel Alexandre, *A fase de instrução...*, ob. cit.

³⁹ Vide ponto 1.1 . C).

realização da audiência final, denotando-se “um paralelismo com o limite temporal previsto para a alteração do rol de testemunhas (art. 598º, nº2), assim se densificando uma regra de estabilização dos meios de instrução a partir do vigésimo dia que antecede a audiência final.”⁴⁰.

Denote-se que, sendo permitida, à luz do anterior Código⁴¹, a junção de documentos, ainda que sob pena de multa, até ao encerramento da discussão em 1ª instância, ocorria amiúde o adiamento ou prolongamento do julgamento para outra sessão, em virtude de o mandatário da parte contrária não prescindir do prazo de vista relativo ao documento que acabara de ser junto. Atualmente, tal apresentação tardia só será admissível nos excepcionais casos do n.º 3 do artigo 423.º, sendo certo que o artigo 424.º se encarrega, neste campo, de limitar consideravelmente a adiabilidade da audiência final.

Julgamos que a alteração em questão é bem-vinda por permitir assegurar um pleno respeito dos princípios do contraditório – ao conceder tempo suficiente às partes para que analisem e se pronunciem acerca da documentação junta pela outra parte, sem que sobre elas recaia a pressão de terem de o fazer em juízo – e da inadiabilidade da audiência final – ao eliminar uma situação em que o adiamento seria uma hipótese altamente provável; com ganhos de tempo e eficiência manifestos.

Por último, assinale-se a circunstância singular da prova por declarações de parte, o meio de prova que escapa à tal regra de estabilização, gozando do regime manifestamente mais flexível quanto ao momento da sua indicação, que adiante trataremos mais detalhadamente.⁴²

. C) Redução do limite do número de testemunhas

Uma vez mais na senda do reforço do princípio da celeridade processual, foi diminuído para metade o número de testemunhas admitidas a depor, fixando o n.º 1 do artigo 511.º o limite de dez para cada parte, que é reduzido a cinco nas ações de valor não superior à alçada do tribunal de 1ª instância. O n.º 2 do mesmo preceito estabelece os mesmos limites para o caso da reconvenção – embora a lei seja omissa

⁴⁰ Paulo Ramos de Faria e Ana Luísa Loureiro, *Primeiras Notas...*, ob. cit

⁴¹ Vide anterior artigo 523.º, n.º 2.

⁴² Vide ponto **5.3. A).**

relativamente a situações em que haja reconvenção cujo valor não exceda a alçada da 1ª instância, entendemos que também aí se deve observar a redução do limite a metade. O n.º 4 do artigo possibilita, ao invés, uma válvula de escape aos limites pré-estabelecidos, permitindo ao juiz admitir a inquirição de testemunhas em número superior, se a natureza e a extensão dos temas da prova assim o exigirem.

Por outro lado, os ganhos de eficiência e racionalização do tempo do tribunal adquiridos com esta medida poderão vir a ser, eventualmente, perdidos ainda em sede de produção de prova testemunhal. Com efeito, tendo deixado de haver um limite do número de testemunhas a inquirir por cada facto a provar, e podendo cada uma delas depor sobre todos os temas da prova, emerge o risco de os testemunhos se tornarem mais longos e pouco relevantes.⁴³

⁴³ Assim, Isabel Alexandre, *A fase de instrução...*, ob. cit., destacando, porém, que “*um testemunho genérico pode ser mais espontâneo e mais fiel, o que redunde em benefício da descoberta da verdade*”. Vide ainda ponto **1.1. D)**.

SEGUNDA PARTE

PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO CIVIL PORTUGUÊS

2. Aspetos gerais

Sempre se reconheceram, no regime processual civil português, princípios absoluta e inegavelmente estruturantes. Cingia-se CASTRO MENDES⁴⁴ a cinco, como sendo os substanciais: os do dispositivo, do contraditório, da legalidade, da tutela provisória da aparência e da submissão aos limites substantivos. MANUEL DE ANDRADE⁴⁵ apontava, complementarmente, muitos outros, a saber: os princípios da autorresponsabilidade das partes, da igualdade das partes, da preclusão, da livre apreciação das provas, da aquisição processual, da imediação, da concentração, da oralidade e da identidade do juiz, da economia processual, da celeridade processual, da salvaguarda dos interesses da parte perante a inevitável demora do processo.

Pois bem, a nova reforma legislativa reuniu nos primeiros artigos do Código estes princípios anteriormente dispersos pelo diploma, optando-se, contudo, por integrar todos aqueles referentes à prova no título da Instrução do Processo.

Uma vez mais sem pretensão de exaustividade, abordaremos alguns destes princípios orientadores, cujo estudo se revelará útil ao longo da presente dissertação, sobretudo no momento posterior em que nos propomos levar a cabo uma análise da prova por declarações de parte à luz de alguns destes princípios vigentes.⁴⁶

. A) Princípio do dispositivo

O princípio do dispositivo é aquele que se afirma por oposição ao princípio do inquisitório, privilegiando a vontade das partes em detrimento da do julgador.

Tradicionalmente, a disponibilidade do processo pelas partes manifesta-se em três principais vertentes: no impulso processual; na definição do objeto do processo; e na definição dos limites da sentença.

No que respeita ao impulso processual, é ponto assente que a ação cível decorre da iniciativa concreta de uma das partes e que apenas persiste enquanto for essa a

⁴⁴ Castro Mendes, *Direito Processual Civil*, vol. I, ed. AAFDL.

⁴⁵ Manuel de Andrade, *Noções Elementares de Processo Civil*, Coimbra Editora, 1983.

⁴⁶ Vide pontos 5.4. e 5.5.

vontade das partes, podendo as mesmas pôr-lhe termo mediante compromisso arbitral, desistência, confissão ou transação.

Quanto ao objeto do processo, cabe às partes carrear para o processo os factos essenciais em que sustentam as respetivas pretensões [*onus allegandi*], sendo certo que o princípio do dispositivo comporta menor intensidade neste ponto, na medida em que o artigo 5.º permite ao juiz que considere, na sua decisão, factos não alegados pelas partes, nomeadamente, factos instrumentais, factos que sejam complemento ou concretização dos alegados, factos notórios e factos de que o tribunal tem conhecimento por virtude do exercício das suas funções.⁴⁷

Em relação aos limites da sentença, decorre da al. e) do n.º 1 do artigo 615.º que o conteúdo possível da sentença é balizado pelo pedido formulado pela parte, estando vedada ao juiz uma condenação em quantidade superior ou em coisa diversa da peticionada.

Acrescentaremos ainda que compete igualmente às partes a iniciativa da prova dos factos alegados, o que equivale a dizer que lhes cabe a construção da base factual da decisão, a adução do material de facto a utilizar pelo juiz para a decisão do litígio [*onus probandi*]. Decorre ainda desta vertente do princípio que o juiz tenha de dar como certos os factos sobre que haja acordo das partes, expresso ou somente tácito, operado mediante a inexistência de impugnação. Por fim, cumpre frisar que este ónus atribuído às partes é relativamente atenuado pelo conjunto de poderes cometidos ao juiz, a exercer oficiosamente por este, ao abrigo do princípio do inquisitório, que trataremos adiante.⁴⁸

. B) Princípio do contraditório

O princípio do contraditório, com consagração legal no n.º 3 do artigo 3.º, encontra-se intimamente conexo com o princípio da igualdade – na medida em que ambos decorrem da característica imparcialidade do tribunal –, pretendendo assegurar que a cada uma das partes seja dada a possibilidade, quer de contestar e controlar a atividade da outra parte, quer de se pronunciar sobre a questão em concreto a decidir.

⁴⁷ Vide ponto 1.1. B).

⁴⁸ Vide ponto 2. F).

No que respeita à alegação dos factos, o princípio do contraditório traduz-se na faculdade conferida às partes de tomarem posição acerca dos factos alegados pela contraparte, podendo contraditá-los através de uma defesa por impugnação ou por exceção. Tal ocorrerá, por norma, em sede de articulados, sendo certo que o direito de resposta ao último articulado admissível deverá ser exercido na audiência seguinte, de acordo com o disposto no n.º 4 do mesmo preceito.

No plano do direito, o princípio do contraditório impõe que as partes participem ativamente na discussão dos aspetos jurídicos em que a decisão se venha a fundamentar, ou seja, na subsunção dos factos às soluções legais. Perante a possibilidade de nenhuma das partes ter suscitado uma determinada questão de direito material de que o tribunal possa ter conhecimento oficioso, e em que pretenda fundar a sua decisão, devem também as partes ser convidadas a manifestar a sua posição sobre a mesma, sendo-lhes garantido o direito de influenciar o desenvolvimento e o resultado final da atividade jurisdicional por forma a evitar as designadas decisões-surpresa.

Por último, ressaltaremos que o princípio do contraditório apresenta uma formulação especificamente dirigida ao contexto probatório, patente no artigo 415.º, sob a epígrafe de *Princípio de Audiência Contraditória* – uma vez requerida a produção de todos os meios de prova ou a junção da prova já produzida, com relevo para a descoberta da verdade material, o contraditório consubstanciar-se-á na exigência de que, às partes, seja concedida a oportunidade de participação e de pronúncia, mais concretamente, intervindo na produção de toda a prova. Com o objetivo de exercer tal faculdade, as partes são notificadas para todos os atos de preparação e realização das provas, podendo examiná-las e assistir às diligências em que tal ato tem lugar. Por outro lado, as partes também podem impugnar a admissibilidade de determinada prova oferecida pela parte contrária – por intempestividade ou por obstáculo legal – ou a respetiva força probatória – contrariando-a ou desdizendo-a, através da apresentação de contraprova ou de prova em sentido contrário. Por fim, ambas as partes podem produzir alegações orais de facto e de direito⁴⁹, nas quais deverão pronunciar-se acerca do valor das provas produzidas e da factualidade que consideram provada.

⁴⁹ Vide ponto 1.1. E).

. C) Princípio da cooperação

De notar que o princípio da cooperação apresenta, similarmente, uma formulação geral, ínsita no artigo 7.º, e uma enunciação particular em sede probatória, afeta exclusivamente à descoberta da verdade, patente no artigo 417.º.

Em ambos os preceitos, o princípio ostenta sempre duas vertentes – a colaboração que se exige é, por um lado, um dever das partes e, por outro, um dever do juiz; sendo certo que, ao sublinhar o primeiro dos aspetos em detrimento do outro, se acentua a visão do processo como revestindo um carácter autoritário.

Relativamente ao dever de colaboração que impende sobre as partes, diremos somente que, tratando-se o mesmo de uma mera decorrência da aplicação do princípio da boa-fé no direito processual, o mesmo não requer das partes que estas desistam da sua pretensão e da sua versão dos factos em benefício de uma verdade material ou verdadeira. Na verdade, tal princípio (apenas) atribui às partes o compromisso de manutenção de um comportamento ético na defesa dos respetivos interesses, sancionando com multa a violação desses deveres de cooperação – falamos, aqui, do instituto da litigância de má-fé, previsto no artigo 542.º, que estabelece a medida da admissibilidade do comportamento das partes.

Quanto à aplicação do princípio da cooperação também ao magistrado judicial, este impõe-se sobretudo através da exigência de que o julgador assegure constantemente o tratamento equitativo e igualitário das partes e, em simultâneo, mostre uma preocupação séria com o litígio privado em discussão. Com efeito, o juiz deve procurar apurar a verdade material daquilo que julga, isto é, certificar-se da correspondência entre a realidade intra-processual e a realidade extra-processual; não podendo limitar-se a analisar aquilo que consta do processo, sem atender ao que, em certo momento da tramitação, *maxime* na produção da prova, lhe sobrevém.

. D) Princípios da economia e da celeridade processuais

A economia processual deve ser prosseguida através de dois critérios, que ditam que, em cada processo, somente devem ser praticados os atos e formalidades absolutamente indispensáveis à boa decisão da causa; devendo ainda procurar

resolver-se o maior número possível de litígios⁵⁰ – em suma, este é o princípio segundo o qual deve procurar obter-se o máximo resultado processual com o mínimo emprego de atividade, bem como, o máximo rendimento com o mínimo custo.⁵¹

Podem avançar-se, como manifestações práticas, por excelência, da primeira regra, a proibição da prática de atos inúteis e a simplificação da forma dos atos, ínsitas nos artigos 130.º e 131.º, n.º 1, respetivamente; bem como, a possibilidade de adoção de mecanismos de simplificação e agilização processual ao abrigo do dever de gestão processual que compete ao julgador⁵² ou a limitação do número de testemunhas.⁵³

Constituem, por outra banda, exemplos da segunda regra as possibilidades legalmente previstas de coligação de autores e réus, de dedução de reconvenção, de apensação de ações ou de dispensa de propositura de ação principal no âmbito de procedimentos cautelares, que decorrem, respetivamente, dos artigos 36.º, 266.º e 267.º.

Todavia, sempre se diga que, ao longo de todo o Código – e para tal contribuíram em larga medida as recentes alterações legislativas – se procura dar satisfação a esta conceção. Contudo, como adverte ANTÓNIO JÚLIO CUNHA, “[s]ó há verdadeira economia processual quando sem prejuízo grave do maior acerto e eficácia das decisões, se eliminam poderes ou faculdades processuais verdadeiramente inúteis.”⁵⁴

Por outro lado, o princípio da celeridade processual, servindo interesse comum ao da economia processual, manifesta-se, similarmente, na necessidade de organização do processo para que chegue ao seu termo o mais depressa possível. A razão de ser deste princípio prende-se com o facto da própria utilidade económica da decisão final poder resultar gravemente comprometida para o vencedor do litígio, se o processo se arrastar por demasiado tempo antes de a decisão ser proferida. A este propósito, refere MANUEL DE ANDRADE que “a inevitável demora ou a necessidade de recorrer a ele [ao processo], não deve ocasionar dano à parte que tem razão.”⁵⁵ Também para o próprio vencido, a delonga na decisão pode significar um sacrifício acrescido, dado o

⁵⁰ Assim, Lebre de Freitas, *Introdução ao Processo Civil – Conceitos e Princípios Gerais à luz do novo Código*, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013, pág. 163.

⁵¹ Neste sentido, Manuel de Andrade, *Noções Elementares...*, ob. cit.

⁵² Vide ponto 1.1. A).

⁵³ Vide ponto 1.2. C).

⁵⁴ António Júlio Cunha, *Direito Processual...*, ob. cit.

⁵⁵ Manuel de Andrade, *Noções Elementares...*, ob. cit.

prolongado estado de incerteza consequente do litígio. Acresce que, o efeito psicológico e social da decisão – a satisfação moral que traz à parte que obteve ganho de causa e a sua mais-valia para a coletividade, como reafirmação da ordem jurídica ofendida – perde-se proporcionalmente ao distanciamento que medeia a ocorrência dos factos em causa e a decisão sobre os mesmos.

São expressões deste princípio a qualificação de determinados atos ou processos como urgentes, as regras de continuidade das diligências ou a fixação de prazos abreviados para a prática de atos pelas partes ou pelo tribunal – saliente-se, aqui, a recente imposição do n.º 1 do artigo 607.º de que a sentença seja proferida no prazo de trinta dias – não esquecendo os poderes do juiz de recusa de tudo quanto for impertinente ou meramente dilatatório, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 6.º. Também será de referir a previsão da aplicação da taxa sancionatória excecional do artigo 531.º; ou a taxa de justiça para processos de especial complexidade, nos termos do n.º 7 do artigo 530.º, que visa reprimir a complicação artificialmente criada, através da apresentação de peças processuais demasiado longas e confusas ou da indicação excessiva de meios de prova.

. E) Princípios da preclusão e da autorresponsabilidade das partes

Trataremos conjuntamente estes dois princípios, pela estreita ligação que mantêm entre si, derivando ambos da ideia de que incide sobre as partes todo o risco da condução do processo – pretendendo-se, todavia, assim, estimular a sua atividade.

O princípio da preclusão determina que o não exercício de determinada conduta processual por uma das partes, no prazo legalmente estabelecido para o efeito, resulta na extinção da possibilidade de exercício posterior desse mesmo direito. A preclusão decorre, por um lado, do respeito pelos ciclos processuais existentes e respetivos objetivos específicos e, por outro, da necessidade de celeridade processual, evitando a eternização dos processos. Como consequência, os fundamentos da ação ou da defesa devem ser concentrados num certo momento, até para garantir uma atuação leal e transparente das partes.

O princípio da autorresponsabilidade determina, por sua vez, que compete às partes deduzir os meios de ataque e de defesa que lhes correspondam; sendo, consequentemente, também elas quem suportam as consequências, positivas ou

negativas, para os seus próprios interesses, das respetivas condutas, ativas ou omissivas. De facto, se alguma das partes deixar de invocar uma razão de ataque ou de defesa, de contrariar alguma razão da parte contrária ou de se servir de determinado meio probatório, presume-se que haverá um motivo sério e respeitável para tal opção, não havendo um interesse público bastante ponderoso para ultrapassar o respetivo interesse privado.

.F) Princípio do inquisitório

Estabelece o princípio do inquisitório, com consagração legal no artigo 411.º, que o juiz deve ordenar todas as diligências oficiosas necessárias ao apuramento da verdade e à justa composição do litígio, sendo disso pleno exemplo a possibilidade de requerer, a todo o tempo e a qualquer um dos intervenientes do processo, a prestação de informações e esclarecimentos, nos termos dos artigos 7.º, n.º 2 e 417.º, n.º 1.

Assim, o juiz, à luz deste princípio, vê ampliados os termos da sua intervenção. Contudo, não deixando de ficar vinculado a realizar determinados atos para suprir as omissões das partes, verifica-se que a sua atuação só é limitada pela lei, já não pela vontade das partes. Semelhante afirmação comporta uma outra dela decorrente, que será a de que este princípio funciona como moderador do princípio do dispositivo (e vice-versa) – as partes perdem responsabilidades que lhes caberiam, já que ao julgador sempre competirá determinar aquilo que tiver por necessário à realização do fim do processo, ainda que elas o não tenham (re)querido.

Acerca desta conceção paternalista do juiz introduzida pelas novas alterações legislativas, RUI MOREIRA alerta que “[n]ão deve esquecer-se, no entanto, que esta postura crescentemente interventiva do juiz, que o regime processual lhe confere, suprimindo oficiosamente a inépcia ou a negligência de uma das partes, com facilidade pode resultar numa perda da sua equidistância e, assim, numa efectiva – mesmo que não consciencializada – violação do princípio da igualdade das partes.”⁵⁶

⁵⁶ Rui Moreira, *Os princípios estruturantes do processo civil português e o projecto de uma nova Reforma do Processo Civil*, in *O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.

. G) Princípios da imediação, da oralidade e da concentração

O princípio da imediação determina que o julgador deve ter a maior proximidade possível com os meios probatórios, devendo estes, por sua vez, ter a relação mais direta possível com os factos a provar. Constituem manifestações do que acabámos de referir o artigo 500.º, que prevê que as testemunhas deponham, por regra, na audiência final, perante o juiz, presencialmente ou através de teleconferência; bem como, a inspeção judicial de coisas ou pessoas, prevista no artigo 490.º; assim como, a possibilidade, estatuída no artigo 486.º, de comparência dos peritos em audiência final para prestação de esclarecimentos. Neste ponto se dirá que a consagração da prova por declarações de parte é o expoente máximo desta homenagem ao princípio da imediação, ao estabelecer-se o contacto direto entre o juiz e as partes.

Estatui, por sua vez, o princípio da oralidade, na mesma senda, que a produção dos meios de prova pessoal – onde se incluem a prova testemunhal, o depoimento de parte e as declarações de parte –, deve ser feita oralmente, perante o juiz da causa, nos termos dos artigos 500.º; 452.º; 456.º e 466.º. Assim o é porque a presença do depoente se revela da máxima utilidade para a análise do valor probatório do respetivo depoimento, só assim se podendo apreciar convenientemente a convicção com que o mesmo discursa, a postura que assume no interrogatório a que é submetido e as reações que demonstra às instâncias da parte contrária.

Outro dos momentos em que o legislador concedeu primazia à oralidade foi na nova configuração da audiência prévia, cujo conteúdo e finalidade se pretende ser fundamental na definição dos termos do processo.⁵⁷

O princípio da concentração estabelece, por último, que os atos de instrução, discussão e julgamento da matéria de facto devem ter lugar no menor lapso temporal possível, de onde deriva a continuidade da audiência e a interrupção da mesma somente por motivos de força maior, de acordo com o disposto no artigo 606.º, n.º 2.

. H) Princípio da livre apreciação da prova

Na apreciação da prova, a regra no processo civil português é que a mesma seja realizada, pelo tribunal, sem submissão a quaisquer regras a não ser as da experiência, determinando, nesse sentido, o n.º 5 do artigo 607.º que o juiz decida sobre a matéria

⁵⁷ Vide ponto 1.1. C).

de facto da causa de acordo com a sua prudente convicção, formada pelo confronto dos vários meios de prova.

Isto dito, cumpre referenciar as exceções em que o tribunal está vinculado às provas com força probatória pré-estabelecida na lei, nos termos e limites aí fixados; isto é, nos casos de prova legal, em que a lei lhe impõe a conclusão a tirar de certo meio de prova. Referimo-nos à prova por documentos autênticos (artigo 371.º, n.º 1 do C.C.) ou particulares (artigo 376.º, n.º 1 do C.C.); bem como à confissão judicial reduzida a escrito⁵⁸ (artigo 358.º, n.º 1 do C.C.), à confissão extrajudicial escrita (artigo 358.º, n.º 2 do C.C.) e às presunções legais *stricto sensu* (artigo 350.º do C.C.).

Fora dos *supra* referidos casos – as denominadas provas tarifadas, para cada uma das quais a lei estabelece um valor racionalizado – tem plena aplicação o princípio da livre apreciação da prova, podendo o juiz determinar o valor probatório de cada prova de acordo com a sua experiência de vida e não por referência a formas legalmente prescritas – *“as provas são valoradas livremente, sem qualquer grau de hierarquização, nem preocupação do julgador quanto à natureza de qualquer delas [...]”*.⁵⁹

Assim, possibilita-se ao juiz um âmbito de discricionariedade na apreciação de cada uma das provas atendíveis que suportam a decisão, sendo que, com tal previsão, não se pretende, de todo, instaurar a irracionalidade ou arbitrariedade do juiz – pede-se-lhe antes que, libertado da rigidez da prova legal, se guie pelas regras da ciência, da lógica e da argumentação, para além de se encontrar sempre vinculado ao princípio da descoberta da verdade material.

Identificam-se, aqui, critérios racionais e objetivos, juízos de ilações e inferências razoáveis, mas sempre de mera probabilidade. De facto, não se exige do julgador uma convicção de absoluta certeza, sendo razoável que a sua convicção assente num juízo de suficiente probabilidade ou verosimilhança. Nas palavras de MANUEL DE ANDRADRE, *“[a] prova não é (nunca é) certeza lógica, mas tão-só um alto grau de probabilidade, suficiente para as necessidades práticas da vida (certeza histórico-empírica).”*⁶⁰

Portanto, o julgador produz um juízo positivo de prova quando, em face dos instrumentos disponíveis, do seu conteúdo, consistência e harmonia, se afigure

⁵⁸ Vide ponto 3.1. C).

⁵⁹ Fernando Pereira Rodrigues, *O Novo Processo...*, ob. cit.

⁶⁰ Manuel de Andrade, *Noções Elementares...*, ob. cit.

aceitável à consciência de um cidadão medianamente informado e esclarecido, que a realidade por eles indiciada se possa ter como efetiva. Quando, por sua vez, no espírito do julgador se forma a dúvida sobre a realidade dos factos a provar, o facto não pode ser dado como provado, devendo ser decidido em prejuízo da parte onerada com a respetiva prova ou, na dúvida sobre a determinação desta, em prejuízo da parte a quem o facto aproveitaria, nos termos do artigo 414.º.

. I) Princípio da aquisição processual

De acordo com este princípio, expresso pelo artigo 413.º, todas as provas produzidas, mesmo que não provenham da parte a quem aproveitam ou da parte sobre a qual impendia o ónus de prova, são atendíveis. Assim sendo, a título de exemplo, verifica-se que um facto alegado pelo autor, e que só a si aproveita, pode ser provado pela parte contrária, a quem o mesmo é desfavorável.

Esta previsão de que toda a prova aduzida pelas partes fique forçosamente adquirida para o processo visa, para além de alcançar uma solução judicial mais próxima da realidade material, privilegiar o *ónus objetivo* – a necessidade real e efetiva de que os factos com interesse para a boa decisão da causa se encontrem suficientemente provados – em detrimento do *ónus subjetivo* – a necessidade de cada uma das partes fornecer as respetivas provas dos factos que lhe compete provar, sob pena de não obter ganho de causa.

O princípio da aquisição processual traduz-se igualmente na criação de uma comunidade de provas, de onde deriva que a parte não pode renunciar às suas provas, uma vez produzidas, podendo somente, em determinados casos, delas desistir antes disso.

TERCEIRA PARTE

PROVA POR CONFISSÃO DAS PARTES

3. Enquadramento geral

A prova por declarações de parte dispõe agora, no seguimento das alterações legislativas introduzidas pela Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho, de plena previsão no atual ordenamento jurídico-processual civil português.

Contudo, nem sempre assim tendo sido, cumprirá referir que a possibilidade de as partes deporem em juízo foi alvo de abundante análise jurídica, quer doutrinária, quer jurisprudencial, em momento anterior à sua efetiva instituição no recente Código⁶¹, o que talvez principiará por justificar o aparente consenso com que foi estabelecida.

Por outro lado, é impossível não aludir ainda à impressão inicial de ter sido parco o empenho evidenciado pelo legislador no desenvolvimento do regime deste novo meio de prova, facto que transparece, desde logo, por nos depararmos com um único preceito, e que se agudiza perante a simples remissão efetuada pelo n.º 2 do artigo 466.º para a secção anterior, que disciplina a prova por confissão das partes. Nessa medida, abordaremos, em primeira linha, este instituto, por ser também aquele cuja pré-existência motivou, cremos, a previsão legal expressa da prova por declarações de parte, agora operada. Neste mesmo sentido aponta também o Parecer do Conselho dos Oficiais de Justiça⁶²: *“esta nova faculdade concedida à parte acaba por traduzir a consagração de uma solução de compromisso entre aqueles que entendiam o depoimento de parte como o meio processual de se obter (apenas) a confissão, pelo que a sua admissibilidade estava limitada aos factos desfavoráveis ao depoente, e aqueles que entendiam o depoimento de parte como mais um meio de prova livremente apreciado pelo tribunal.”*.

⁶¹ Refira-se, por relevante, que já havia sido tentada, sem sucesso, a inclusão do “*testemunho de parte*”, na Reforma legislativa de 1995/1996.

⁶² Parecer do Conselho dos Oficiais de Justiça sobre o Projeto de Novo Código de Processo Civil, disponível para consulta em <<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=37372>> (acesso, em 09/03/2015).

3.1. Prova por confissão das partes

. A) Aspetos gerais

A prova por confissão das partes é um meio de prova típico e nominado, regulado nos artigos 452.º a 465.º, tendo lugar mediante requerimento da parte contrária ou a instâncias oficiosas do juiz; servindo, em ambos os casos, o único propósito de obter uma confissão em juízo, isto é, o reconhecimento da realidade das afirmações sobre factos havidos como desfavoráveis ao próprio depoente e favoráveis à parte contrária.

Urge, pois, que atentemos igualmente nos artigos 352.º a 361.º do Código Civil, que estabelecem o regime substantivo da prova por confissão – frisamos, contudo que não deve confundir-se, *“apesar da estreita afinidade que os une, a confissão e o depoimento de parte. O depoimento de parte é apenas uma das vias processuais através das quais se pode obter a confissão.”*.⁶³

Da noção legal de confissão, patente no artigo 352.º do C.C., podemos ainda extrair que a confissão se estrutura num ato de reconhecimento e traduz-se numa declaração de ciência, aferindo-se pela medida em que se revela desfavorável ao próprio confitente e favorável à parte contrária; isto é, a legitimidade é, no ato da confissão, expressa sob a perspetiva do objeto – um facto desfavorável de que resulta, ou pode resultar, um efeito jurídico contrário ao interesse do confitente – e não sob o ponto de vista do sujeito.⁶⁴ A desfavorabilidade de um facto mede-se pela existência de uma norma no sistema jurídico que, prevendo esse mesmo facto como elemento da sua fatispécie, lhe atribui um efeito extintivo ou impeditivo da constituição de um direito, um efeito constitutivo de um dever ou sujeição ou, ao invés, lhe negue o efeito constitutivo desse direito.

Neste seguimento, compreende-se a regra da indivisibilidade da confissão, expressa no artigo 360.º do C.C., segundo a qual a confissão somente pode ser aceite ou rejeitada na íntegra. Nas palavras de PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *“se a declaração confessória é especialmente valorizada pelas grandes probabilidades que tem de ser verdadeira ou exacta uma afirmação contrária aos interesses da própria*

⁶³ Antunes Varela, Sampaio e Nora, José Miguel Bezerra, in *Manual de Processo Civil*, 2ª ed., Coimbra Editora, 2006.

⁶⁴ Assim, Lebre de Freitas, *A Confissão no Direito Probatório – Um Estudo de Direito Positivo*, 2ª ed., Coimbra Editora, 2013.

*parte, não faria sentido, nem seria justo, que este crédito de sinceridade concedido ao declarante não acompanhasse a parte restante da sua declaração.”*⁶⁵

Fazendo ainda nossas as palavras de LEBRE DE FREITAS, salientamos que *“a regra da experiência que está na base da presunção que da declaração confessória extrai a realidade do facto desfavorável declarado é a de que ninguém mente contra o seu próprio interesse, esta presunção não pode jogar automaticamente no caso de declaração indivisível, visto que, simultaneamente declarada a realidade dum facto desfavorável e a dum facto favorável que impede, extingue ou modifica os direitos do primeiro, fica também posto em causa o interesse da parte contrária [...], não podendo ser dada como assente a simples realidade do facto confessado, mas tão pouco podendo, sem ofensa do interesse da contraparte, ser desde logo dado como provado o conjunto constituído por esse facto e pelo facto favorável ao confitente”*⁶⁶, razão pela qual a eficácia da confissão dependerá, nestes casos, da aceitação plena de toda a declaração confessória, pela contraparte.

Quanto à capacidade para confessar, o artigo 353.º do C.C. associa a mesma à capacidade de gozo e de exercício do direito a que o facto a confessar concerne. De destacar que, exceção feita aos casos de incapacidade, inexitem, no direito português, puras situações de perda do poder de disposição pelo titular do direito subjetivo – deparamo-nos, sim, com situações de restrição desse poder de disposição por parte do titular do direito, que não pode exercê-lo por si, como sejam as situações conjugais ou os casos de litisconsórcio necessário; ou que não pode exercê-lo em determinadas direções, de que são exemplos as limitações decorrentes de processos executivos ou de insolvência. Nestes casos, o titular do direito não se encontra impedido de confessar eficazmente; contudo, terá, para tanto, de obter a necessária autorização, consentimento ou suprimento. Verifica-se ainda, através do n.º 1 do artigo 453.º, uma extensão da capacidade confessória às entidades que gozam de capacidade judiciária, devendo, neste caso, ser o depoimento de parte prestado por quem as represente em juízo.

⁶⁵ Pires de Lima e Antunes Varela, *in Código Civil Anotado*, vol. I, reimpressão da 4ª ed., Coimbra Editora, 2010.

⁶⁶ Lebre de Freitas, *A Confissão no Direito...*, ob. cit.

. B) Objeto

O artigo 354.º do C.C. expõe, por outro lado, os vários factos que não podem ser objeto de confissão e, consequentemente, de depoimento de parte – temos, na al. a), aqueles para os quais a lei não considera suficiente a confissão, de que é exemplo o artigo 364.º, n.º 1 do C.C.; bem como os factos cujo reconhecimento ou investigação a lei proíba, podendo referir-se os casos expressos pelos artigos 1814.º e 1987.º do C.C.. A al. b) do preceito em análise veda igualmente a confissão sobre factos relativos a direitos indisponíveis, nomeadamente, no domínio das ações de estado; o que se compreende porque, se o direito é indisponível e a parte não tem poder de disposição sobre ele, então os factos que o suportam também estão subtraídos à disponibilidade da sua vontade. Em adição, a al. d) aponta os factos impossíveis ou notoriamente inexistentes, em virtude de a confissão ser uma declaração de ciência. Por último, o artigo 454.º, n.º 2 acrescenta ao elenco de casos cuja confissão é inadmissível os factos criminosos ou torpes de que a parte seja arguida.⁶⁷

Tendo em conta as exclusões *supra* mencionadas, o depoimento de parte deverá ter por objeto, no demais, e atento o disposto no n.º 1 do artigo 454.º, factos pessoais ou de que o depoente deva ter conhecimento. Na aceção de *factos pessoais*, julgamos deverem englobar-se, não só os atos praticados pela própria parte ou com a sua intervenção, mas também os atos de terceiro perante ela praticados, onde se incluem as declarações escritas de que tenha sido destinatária e ainda os meros factos ocorridos na sua presença; portanto, todos os de que tenha tido conhecimento direto.

Quanto a factos de que o depoente deva ter conhecimento, pretendeu-se, com a expressão, abranger os casos em que, pela natureza do facto e pelas circunstâncias concretas em que o mesmo ocorreu, impõe-se ao julgador considerar, de acordo com o seu prudente arbítrio, que a parte dele teve conhecimento. Sobre esta matéria, LEBRE DE FREITAS assinala, aqui, uma presunção de que determinado facto, não correspondendo a um ato praticado pela própria parte, lhe é pessoal porquanto caiu

⁶⁷ Neste ponto, Lebre de Freitas, *in* A Confissão no Direito..., ob. cit., propõe uma interpretação restritiva do preceito, defendendo que a *ratio* do mesmo – não expor o depoente à necessidade de se pronunciar sobre certos factos ilícitos pessoais, cuja realidade se sentirá tentado a negar – deve ceder quando esses factos constituem fundamento da própria ação ou de uma exceção, aplicando-se apenas quanto a factos probatórios de factos instrumentais da causa.

no âmbito das suas percepções⁶⁸. Em sentido semelhante, ANTUNES VARELA, SAMPAIO E NORA e JOSÉ MIGUEL BEZERRA reforçam que o juízo de avaliação a operar pelo juiz deve guiar-se pelo sentido de probabilidade psicológica, e não pelo de conduta ética⁶⁹.

. C) Modalidades e força probatória

Relativamente às modalidades de confissão, extrai-se do artigo 355.º do C.C. que a confissão é judicial quando realizada em juízo, competente ou não, no próprio processo em que é invocada ou em procedimento preliminar ou incidental do mesmo; classificando-se, ao invés, como extrajudicial em todos os restantes casos.

A confissão extrajudicial pode ser autêntica, quando feita em documento autêntico; particular quando conste de documento particular; ou não escrita nos demais casos, embora o n.º 3 do artigo 358.º do C.C. imponha que esta última só seja admitida nos casos em que é igualmente admitida a prova testemunhal.

Por seu turno, a confissão judicial engloba, nos termos do artigo 356.º do C.C., a confissão espontânea, que será toda aquela que é feita pela própria parte ou por procurador com poderes especiais⁷⁰ nos articulados ou em qualquer outro ato processual; e a confissão provocada, obtida em sede de depoimento de parte ou de prestação de informações ou esclarecimentos ao tribunal.

Ocupando-nos somente da força probatória da confissão judicial, por ser a modalidade que aqui se impõe analisar, diremos que, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 358.º do C.C., a confissão judicial escrita tem força probatória plena contra o confitente e a confissão judicial não reduzida a escrito está submetida à livre apreciação do tribunal. Daqui resulta que a força probatória de uma confissão judicial escrita poderá ceder somente em três casos: *i)* perante um incidente de falsidade do próprio ato processual em que se traduz o depoimento de parte, previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 451.º; *ii)* através da impugnação da confissão, alegando a inadmissibilidade

⁶⁸ Lebre de Freitas, *in A Confissão no Direito...*, ob. cit.

⁶⁹ Antunes Varela, Sampaio e Nora, José Miguel Bezerra, *in Manual de Processo...*, ob. cit..

⁷⁰ De referir que a confissão expressa de factos, realizada pelo mandatário judicial nos articulados, vincula a parte ainda que o mesmo não disponha de procuração com poderes especiais para o efeito. Contudo, nos termos dos artigos 46.º e 465.º, as afirmações e confissões poderão ser retificadas ou retiradas enquanto a parte contrária as não tiver aceite especificadamente, o que configura uma exceção à tendencial irretratabilidade da confissão.

da mesma⁷¹; *iii*) através da arguição da nulidade ou anulabilidade da confissão, nos termos do artigo 359.º do C.C.⁷².

Assim, compreende-se que o n.º 1 do artigo 463.º imponha que o depoimento prestado em audiência seja sempre reduzido a escrito, na parte em que houver confissão do depoente ou em que este narre factos ou circunstâncias que impliquem a indivisibilidade da declaração confессória – estando tais factos abrangidos pela força probatória plena da confissão, ficarão também, nessa medida, subtraídos à livre apreciação do tribunal, e passarão a estar sujeitos àquele efeito legal, a que o juiz deverá atender em sede de sentença. Todavia, não poderemos deixar de notar um certo arcaísmo da previsão da assentada⁷³, com prejuízo da celeridade e simplificação processuais que tanto se anseiam, e que cremos não se justificar, uma vez que, atualmente, a audiência final é sempre gravada, nos termos do n.º 1 do artigo 155.º.

. D) Procedimento processual

Resta, somente, conceder uma última nota, relativa aos procedimentos processuais a observar, aquando da produção deste meio de prova. O depoimento de parte é prestado, por regra, na audiência final (artigo 456.º, n.º 1), depondo em primeiro lugar o réu, seguido do autor (artigo 458.º, n.º 1), salvo nos casos de necessidade de produção antecipada da prova (artigos 419.º e 420.º) ou de impossibilidade de comparência do depoente no tribunal (artigo 457.º).

O depoimento de parte inicia-se com o juramento promissório a que alude o artigo 459.º, sendo certo que a recusa a prestar juramento equivale a uma recusa a depor, e que ambos os comportamentos de negação são passíveis de procedimento criminal por crime contra a realização da justiça. Importa, pois, consignar em ata o facto de ter sido previamente feita a advertência ao depoente das sanções penais em que pode incorrer, já que essa advertência releva como elemento do tipo do crime de

⁷¹ Contudo, dispõe o artigo 361.º do C.C. que o reconhecimento de factos desfavoráveis que não possa valer como confissão vale como elemento probatório livremente apreciável pelo tribunal.

⁷² Neste ponto, alguma doutrina entende que, para além da verificação do erro ou de outro vício de consentimento do confitente, a declaração de nulidade ou anulação da confissão dependerá, ainda, da não correspondência do facto confessado com a realidade; salvo nos casos de dolo ou de coação, em que bastará a mera constatação do vício. Veja-se Antunes Varela, Sampaio e Nora, José Miguel Bezerra, *in Manual de Processo... ob. cit.*

⁷³ Referimo-nos, aqui, aos n.ºs 1 e 4 do artigo 358.º do C.C., e não tanto ao artigo 463.º, visto afigurar-se este último uma mera consequência da atribuição de maior valor probatório à confissão judicial escrita e concomitante desvalorização injustificada da confissão judicial não reduzida a escrito.

falsidade de depoimento ou declaração, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 359.º do C.P..

O depoimento prosseguirá, nos termos do artigo 460.º, com o interrogatório preliminar destinado a identificar o depoente, seguido do interrogatório fundamental. No decorrer deste, o juiz interrogará o depoente sobre cada um dos factos que devem ser objeto do depoimento, uma vez que o n.º 2 do artigo 452.º exige, aquando do requerimento da prestação de depoimento de parte, a indicação, de forma discriminada, dos factos sobre que o mesmo irá recair, sob pena da sua rejeição liminar. Note-se que o legislador não estendeu ao depoimento de parte a medida inovadora consagrada quanto à prova testemunhal, de eliminação do nexo direto entre o depoimento e um concreto ponto de facto pré-definido⁷⁴.

Por último, parece resultar, da conjugação dos artigos 461.º, n.º 1 e 462.º, que os mandatários das partes não podem colocar questões diretamente ao depoente, somente lhes sendo permitido que peçam os esclarecimentos que se impuserem. Em adição, o mandatário da parte contrária pode também requerer ao juiz as instâncias necessárias ao esclarecimento e completamento das respostas do depoente.

3.2. A valoração dos depoimentos de parte à luz do anterior Código

. A) Aspetos gerais

Perante a finalidade e os termos do esquema típico e rígido da prova por confissão das partes, afigura-se deveras pertinente a discussão acerca da possibilidade de livre apreciação e valoração, pelo juiz da causa, das declarações emitidas por uma das partes em sede de depoimento de parte, no segmento em que as mesmas forem favoráveis ao respetivo depoente, por não constituírem uma declaração confessória e tampouco importarem o reconhecimento de factos constitutivos do direito da parte contrária.

Com efeito, perante a produção de um depoimento de parte em audiência, supõe-se que será recorrente a dúvida de como lidar com todas as afirmações do depoente que extravasem o âmbito e finalidade deste meio de prova – que somente procura a confissão – o que certamente ocorrerá amiúde, quer pela estrutura tendencialmente

⁷⁴ Vide ponto 1.2. C).

indivisível de uma narrativa que importa um conjunto alargado de factos; quer pela natureza humana dos indivíduos, pouco atreita à admissão exclusiva, deliberada e consciente, de realidades que, não só não podem ser consideradas particularmente proveitosas, como acarretam, efetivamente, a perda de um benefício ou a produção de uma desvantagem na esfera (jurídica) individual.

Quanto à finalidade do depoimento de parte, verificamos, efetivamente, que a doutrina é unânime neste ponto, não restando quaisquer dúvidas de que a produção deste meio de prova, quer através de requerimento da parte contrária, quer por iniciativa oficiosa do juiz, visa provocar uma eventual confissão do depoente⁷⁵. Neste seguimento, configurando a confissão um ato de reconhecimento de factos que ao depoente são desfavoráveis, e somente podendo incidir sobre estes mesmos factos desfavoráveis⁷⁶, é igualmente incontestável que, se as declarações do depoente não puderem valer como confissão mas tiver havido o reconhecimento de factos desfavoráveis, os mesmos poderão ser livremente apreciados pelo tribunal, nos termos do artigo 361.º do C.C..

Os pontos de divergência colocam-se, pois, apenas quanto à livre apreciação e valoração de declarações favoráveis ao depoente que resultem do seu depoimento de parte. Aqui chegados, cumpre dar devida nota de ambas as teses que se digladiam.

. A) Teses da não valoração das declarações favoráveis

Por um lado, parte da doutrina e jurisprudência defendem que o depoimento de parte não pode ser livremente valorado pelo julgador num juízo reportado à sua globalidade⁷⁷, sob pena de perversão da figura do depoimento de parte. De facto, alegam os defensores desta tese que, não sendo a figura do depoimento de parte destinada a provocar um depoimento que não tenha a natureza de confissão, não pode admitir-se um procedimento processual que confira existência a esta figura jurídica sem suporte legal no nosso ordenamento jurídico. Nestes termos, se o

⁷⁵ Por todos, Remédio Marques, *in* Acção Declarativa à luz do Código Revisto, 3ª ed., Coimbra, Wolters Kluwer, Coimbra Editora, 2011.

⁷⁶ Assim, Alberto dos Reis, *in* Código do Processo Civil Anotado, vol. IV, 3ª ed., Coimbra Editora, 2012: “[a] confissão constitui prova não a favor de quem a emite, mas a favor da parte contrária; portanto, recai necessariamente sobre factos desfavoráveis ao confitente e desfavoráveis ao adversário”.

⁷⁷ Assim, Lebre de Freitas, *A Acção Declarativa Comum à luz do Código de Processo Civil de 2013*, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013.

depoimento de parte se manifestar incapaz de produzir uma confissão, efeito para o qual foi funcionalmente previsto; então, este mesmo meio de prova não poderá ser admitido a produzir outros efeitos, como sejam os casos de declarações não confessórias a serem livremente apreciadas pelo tribunal.

Assim entenderam os Mmos. Juízes Conselheiros, por Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça datado de 16/10/2012 [ANTÓNIO JOAQUIM PIÇARRA], Processo n.º 8020/09.3T2SNT.L1.S1, *in* dgsi.pt, onde pode ler-se que “I - O depoimento de parte é um meio processual (artigos 552º a 567º do CPC) destinado a provocar a confissão judicial, ou seja, o reconhecimento que a parte faz da realidade de um facto que lhe é desfavorável e favorece a parte contrária (artigo 352º do CC). (...) III - Se a parte se limita a afirmar factos que lhe são favoráveis, não está a confessar, sendo que o depoimento de parte não constitui no nosso direito, um testemunho de parte, a apreciar livremente em todo o seu conteúdo, favorável ou desfavorável ao depoente, mas um meio de provocar a confissão.”.

Da mesma forma se decidiu no Acórdão da Relação do Porto de 15/11/2012 [JOSÉ MANUEL DE ARAÚJO BARROS], Processo n.º 3027/10.0TBPRD-C.P1, *in* dgsi.pt, em cujo sumário se lê: “Não é de admitir o depoimento de parte sobre factos a ela favoráveis.”. Neste caso, mais em concreto, estando em litígio o indeferimento de um requerimento de depoimento de parte porquanto o mesmo recaía sobre factos constantes de uma peça processual apresentada pela parte de quem se pretendia o depoimento, considerou o douto Tribunal que o ato a praticar seria inútil, uma vez que, caso esses mesmos factos fossem considerados provados, traduziriam uma resposta inevitavelmente favorável a essa parte. Nessa medida, não se lograria obter uma confissão, tampouco se conseguiria o reconhecimento de quaisquer factos desfavoráveis, a serem livremente valorados; o que esvaziaria de sentido a admissão deste depoimento de parte.

. B) Teses da livre valoração das declarações favoráveis

Em sentido oposto, porém, denota-se a existência de uma corrente jurisprudencial que admite a realização de um depoimento de parte sem o preenchimento dos respetivos requisitos legais, onde ocorra a aquisição de elementos probatórios diferentes daqueles pelos quais esse procedimento geralmente se norteia; com a

consequente livre apreciação dessas declarações da parte – ainda quando as mesmas lhe sejam favoráveis – ao abrigo do princípio da livre apreciação da prova.⁷⁸

Destacamos, desde já, neste âmbito, dois Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto, o primeiro datado de 29/06/2001 [MOREIRA ALVES], Processo n.º 0230198, in dgsi.pt, cujo sumário prevê que *“I – O depoimento de parte pode ser ordenado oficiosamente e sendo ele requerido pela contra-parte pode, sempre o juiz colher do depoente os esclarecimentos que entender necessários à boa decisão da causa, sejam eles favoráveis ou desfavoráveis à parte que está a depor. II – Não havendo confissão, quer tenham sido reconhecidos factos desfavoráveis que não impliquem confissão, quer não, o depoimento é de livre apreciação do juiz.”*. No segundo aresto, datado de 18/10/2001 [VIRIATO BERNARDO], Processo n.º 0131287, in dgsi.pt, deliberou-se em sentido idêntico, podendo ler-se que *“I – Perante depoimento de parte ou este conduzir à confissão, devendo ser reduzida a escrito (artigo 563 do Código de Processo Civil) e então deve ser-lhe reconhecido o valor probatório declarado no artigo 358 do Código Civil, ou não conduzir à confissão, sendo o seu valor probatório apreciado livremente pelo tribunal, nos termos do artigo 655 do Código de Processo Civil.”*.

Não deixaremos de citar ainda o Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 12/04/2011 [ALBERTO RUÇO], Processo n.º 737/09.9T6AVR-B.C1, in dgsi.pt, na medida em que aborda o domínio específico, já acima mencionado, dos direitos indisponíveis. Neste âmbito, a maioria da doutrina pronuncia-se contra a admissão do depoimento de parte, uma vez que, sabendo-se, *a priori*, que não pode haver confissão porquanto o depoimento ter sido requerido a respeito de factos atinentes a direitos indisponíveis – recordando que a al. b) do artigo 354.º do C.C. veda, nestes casos, a produção de prova contra o confitente – seria contraditório admitir um meio de prova que já se sabe ser inidóneo à prossecução do respetivo objetivo. Tampouco se poderia alegar que aqui teria, então, aplicação o artigo 361.º do C.C., uma vez que este somente se enquadra aos outros casos em que, ao contrário deste, ainda não se sabe, de antemão, que a confissão não é possível. O preceito em questão aplicar-se-á, portanto, às situações em que o depoimento de parte é viável por poder haver confissão; contudo, a parte não confessa, mas produz outras declarações a si desfavoráveis que, ainda que

⁷⁸ Vide ponto 2. H).

não possam valer como confissão, não deverão ser ignoradas, já que existiram e foram obtidas lícitamente.

Pois bem, decidiu, por outra banda, o douto Tribunal, que *“embora não se admita a confissão de factos relativamente a direitos indisponíveis, poderá admitir-se sobre eles o depoimento de parte que ficará sujeito a livre apreciação do juiz. [...] Opta-se pela tese da admissibilidade do depoimento de parte por ser aquela que melhor conjuga todos os interesses em jogo e por não se encontrar excluída a sua admissibilidade, antes se afigurando estar pressuposta. Com efeito, o próprio tribunal não está inibido de, num caso como o dos autos, ouvir oficiosamente qualquer das partes, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 552.º do Código de Processo Civil. Sendo assim, então não se encontra justificação material ou processual para impedir uma parte de requerer o depoimento de parte em relação à outra, nas mesmas circunstâncias. [...] ‘...O que a lei não reconhece é a força vinculativa do reconhecimento feito pela parte, nada impedindo a audição da parte sobre o facto, que o juiz apreciará livremente’.”.*

Também é possível apresentar decisões semelhantes provindas do Supremo Tribunal de Justiça, úteis para alcançar o pensamento subjacente às mesmas.

O aresto de 09/05/2006 [JOÃO CAMILO], Processo n.º 06A989, *in* dgsi.pt, em cujo sumário se lê que *“I. O conteúdo do depoimento de parte no que exceder a confissão de factos desfavoráveis à mesma parte, constitui meio de prova de livre apreciação pelo tribunal.”*, assenta a sua resolução no princípio da livre apreciação da prova⁷⁹: *“Com efeito, e no tocante a factos que não sejam passíveis de confissão ou que não sejam objecto de confissão judicial escrita ou a qualquer esclarecimento que o depoente de parte preste, o tribunal é livre na apreciação deste depoimento, tal como resulta do disposto nos arts. 358º, nº 4 e 361º do Cód. Civil e do disposto no art. 655º, nº 1.”.*

O Acórdão do mesmo Tribunal, datado de 28/04/2004 [AZEVEDO RAMOS], Processo n.º 04A3457, *in* dgsi.pt, pugnando pela mesma tese, dá primazia a outros princípios processuais: *“O art. 553, nº3, do C.P.C. apenas permite que se exija o depoimento de comparte se este toma posição ou alega factos diferentes do comparte que requer o seu depoimento, favoráveis a este e desfavoráveis àquele [...]. Mas coisa diferente é o*

⁷⁹ Vide ponto 2. H).

tribunal decidir que qualquer parte seja ouvido como declarante, para esclarecimento de factos que interessam à decisão da causa. Com efeito, incumbe ao Juiz realizar ou ordenar, mesmo oficiosamente, todas as diligências necessárias ao apuramento da verdade e à justa composição do litígio, quanto aos factos de que lhe é lícito conhecer, podendo ouvir todas as pessoas que entender [...]. Tudo isto sem olvidar o princípio da aquisição processual de que o tribunal deve tomar em consideração todas as provas produzidas, tenham ou não emanado da parte que devia produzi-las - art. 515 do C.P.C. Como consta expressamente do despacho de fundamentação de fls 318, as respostas positivas aos quesitos 9º a 15º não se basearam apenas nessas declarações, mas também nos depoimentos das testemunhas G, H e I, bem como no relatório de autópsia do infeliz C. Nem se diga que a audição daquele interveniente principal viola o princípio da igualdade das partes [...]. As partes são iguais em direitos, deveres, poderes e ónus. Ora, a autora e os réus litigaram com as mesmas armas, indicaram os meios de prova que entenderam convenientes e viram ao longo de todo o processo assegurado um estatuto de igualdade substancial em direitos, deveres, poderes e ónus. O facto de ter sido conferido maior ou menor valor às declarações do interveniente não contende com o princípio da igualdade das partes. Tem antes a ver com os aludidos princípios da aquisição processual e da livre apreciação da prova.”.

Note-se, porém, que este último aresto introduz duas novas e pertinentes variáveis na discussão. Por um lado, alerta para o facto de que as declarações do depoente a si favoráveis e a livre valoração que das mesmas se fez não foram desacompanhadas da indicação de outros meios de prova, para a formação da convicção do julgador e para efeitos de ter sido o facto dado como provado, valendo antes como um princípio de prova. Esta conceção de que as declarações favoráveis de uma parte não bastarão, *per si*, para dar o correspondente facto como provado, é transversal a inúmeras decisões que tivemos oportunidade de analisar.

Por outro lado, é igualmente mencionada a possibilidade oficiosa de o juiz requerer a qualquer das partes a prestação de informações e esclarecimentos verbais ao tribunal, tal como impõe o princípio da cooperação, anteriormente previsto no artigo 266.º, n.º 2, correspondente aos atuais artigos 7.º, n.º 2 e 417.º, n.º 1. De facto, de acordo com o disposto no artigo 356.º, n.º 2 do C.C., a confissão judicial provocada também pode ocorrer em sede desta prestação de esclarecimentos; pelo que se

denota uma certa ambiguidade entre ambas as figuras, não se descortinando facilmente quais as diferenças práticas de regime entre ambas, tampouco qual das vias será a mais adequada à opção do juiz, com vista à produção de uma confissão⁸⁰.

Ainda neste âmbito, PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO entendem que estes esclarecimentos e informações podem contribuir para a formação da convicção do juiz, de onde se deduz um valor probatório.⁸¹ LEBRE DE FREITAS defende, contudo, que a prestação de informações e esclarecimentos visa somente a clarificação das posições das partes sobre a matéria de facto ou de direito, não apresentando uma finalidade probatória⁸².

Ora, não podendo esta prestação de colaboração ser classificada como um meio de prova – ainda que, da mesma possa, resultar uma confissão, essa sim, um meio de prova – apesar das parcas diferenças procedimentais entre ambas as figuras em sede de audiência final, diremos que, quanto mais não seja por uma questão de coerência linguística e de transparência de atuação, o juiz deve convocar e ouvir a parte ao abrigo do depoimento de parte quando pretender provocar uma confissão da mesma; por sua vez, somente deve requerer da parte a prestação de esclarecimentos quando efetivamente tenha dúvidas e incertezas a expor – independentemente de poder, neste último caso, ser igual e eventualmente confrontado com uma confissão da parte.

Para finalizar, a análise do tema da valoração dos depoimentos de parte não podia dar-se por concluída sem que fosse feita menção à posição doutrinária de REMÉDIO MARQUES. Este Autor aborda o tópico em questão pelo prisma da atipicidade da prova e da possibilidade de, em processo civil⁸³, ser obtida uma prova através de um procedimento probatório que não se enquadre nos expressamente consagrados na lei, designadamente, a *“realização de um procedimento probatório típico desprovido dos respetivos pressupostos legais para a aquisição de elementos probatórios distintos daqueles por que normalmente tal procedimento se orientaria.”*⁸⁴.

⁸⁰ Assim, Isabel Alexandre, *A fase de instrução...*, ob. cit.

⁸¹ Paulo Ramos de Faria e Ana Luísa Loureiro, *Primeiras Notas...*, ob. cit.

⁸² Lebre de Freitas, *A Acção Declarativa Comum...*, ob. cit.

⁸³ O Autor faz a ressalva de que, em processo penal, constituindo as regras sobre as provas normas de garantia de defesa do acusado, as valorações permitidas serão substancialmente diferentes.

⁸⁴ Remédio Marques, *A aquisição e a valoração probatória de factos (des)favoráveis ao depoente ou à parte chamada a prestar informações ou esclarecimentos*, in *Julgar*, Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Coimbra, 2012, n.º 16 (Janeiro-Abril 2012), pp. 137-172.

Apesar de REMÉDIO MARQUES defender que não existe, no direito processual civil português, um catálogo legal taxativo de fontes de convencimento do julgador e de modos de aquisição probatória⁸⁵, o que está, aqui, em causa, é definir se a falta de um pressuposto legal de um procedimento é compatível, ou não, com os princípios jurídicos que regem a valoração da prova assim obtida. Falamos, *in casu*, da eventual utilização do depoimento de parte, não para alcançar uma confissão por parte da mesma, mas para conseguir dela um testemunho; bem como, da questão de saber se tal processo ofende os restantes princípios processuais vigentes.

A favor da posição do Autor, tendente à livre valoração das declarações favoráveis do depoente, estão, antes de mais, e na mesma medida que já pudemos anteriormente examinar, os princípios da livre apreciação das provas, da aquisição processual e da descoberta da verdade ao abrigo do inquisitório. Contudo, REMÉDIO MARQUES defende ainda, inovatoriamente, que “[a] recusa do tribunal em admitir e valorar livremente ou apenas como base de presunções naturais as declarações favoráveis do depoente implica, desde logo, uma concreta e intolerável ofensa do direito à prova, no quadro da garantia de um processo equitativo e da tutela jurisdicional efectiva dos direitos subjectivos e das demais posições jurídicas subjectivas.”⁸⁶; o que se torna insustentável sobretudo nos litígios em que os factos controvertidos respeitam a eventos do foro íntimo ou privado dos litigantes. De facto, nestes casos, o entendimento redutor do depoimento de parte coarta substancialmente a mera possibilidade de as partes lograrem obter uma decisão de mérito favorável, violando igualmente o princípio da proporcionalidade, porquanto não se vislumbra uma justificação material para uma limitação do direito à produção de prova. Aliás, esta restrição apresenta-se, muito pelo contrário, arbitrária e desproporcional, quando se verifique, em concreto, que a parte somente pode recorrer às suas próprias declarações para lograr cumprir o ónus da prova que lhe compete.

Em adição, o Autor remata declarando que, se inexistente, no nosso ordenamento, qualquer regra de expressa exclusão de admissibilidade ou de utilização das

⁸⁵ No mesmo sentido, entre outros, Isabel Alexandre *in Provas Ilícitas em Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 1998.

⁸⁶ Remédio Marques, *in A aquisição e a valoração...*, *ob. cit.*

declarações não confessórias de uma parte, mesmo que não haja igualmente uma previsão expressa em sentido contrário, não deve negar-se a eficácia deste meio de prova atípico – atribui-se, antes, um valor probatório menor do que aquele que se encontra estabelecido para o procedimento probatório típico.

. C) Críticas e conclusões

Exposto o paradigma anteriormente vivenciado quanto à valoração de depoimentos de parte e de prestações de esclarecimentos e informações ao tribunal que resultassem apenas em declarações favoráveis ao depoente, bem como a impossibilidade de uma parte requerer o seu próprio testemunho de parte, concluiremos dizendo que, de facto, impedir a parte de depor ou desvalorizar, à partida, todo o seu depoimento na parte em que contenha factos que lhe sejam favoráveis, é, no mínimo, injustificado. Ainda que tais restrições tenham sido substancialmente ultrapassadas, como já veremos, pela introdução da nova prova por declarações de parte, tal não esconde – tampouco pode o legislador pretender assim encobrir – as inconsistências e dificuldades de aplicação do regime do depoimento de parte. Com efeito, o sistema do depoimento de parte precedente à reforma legislativa está longe de se encontrar isento de críticas – e, nessa medida, está-o igualmente o sistema vigente, uma vez que manteve o anterior na íntegra.

Como realça ISABEL ALEXANDRE, apesar de o anterior regime poder “*explicar-se, quer pela pouca credibilidade que um tal depoimento teria (por o depoente ser interessado na respectiva prova), quer pela sua inutilidade (por o depoente já ter tido, nos articulados, a possibilidade de se pronunciar sobre esses factos).*”, denotava-se, igualmente, uma incongruência do mesmo, perante “*a concomitante consagração do princípio da livre apreciação das provas (é ao juiz que deve competir apreciar a credibilidade dos meios de prova), com o princípio da oralidade (a alegação de um facto por escrito, pela parte, não substitui a impressão que esta parte pode causar ao juiz, ao depor)*”⁸⁷.

Inibimo-nos de reproduzir todas as objeções apontadas à figura, bem como o raciocínio argumentativo às mesmas subjacente, até porque subscrevemos a maioria das que aqui foram reproduzidas. Contudo, não deixaremos de mencionar a

⁸⁷ Isabel Alexandre, *A fase de instrução...*, ob. cit.

apreciação de ESTRELA CHABY que, nas conclusões da sua obra, indica algumas relevantes complexidades ainda identificáveis – entre elas, contam-se, para além das já debatidas *“dificuldades de conformação com as normas constitucionais e princípios essenciais do processo civil”*, o facto de a figura ser *“profundamente desconforme aos usos sociais contemporâneos tidos por aceitáveis, ao lastro cultural presente, e construídos a partir de referenciais vários, sendo seguramente convocáveis o direito à palavra, o direito ao silêncio, a liberdade de consciência.”*⁸⁸ Por este motivo, continua a mesma Autora, o depoimento de parte português *“não encontra, consideradas as suas principais características definidoras, similar em nenhum dos ordenamentos jurídico-processuais próximos do nosso.”*

Analisando, por fim, a questão de um ponto de vista mais pragmático, somente diremos que é incontornavelmente caricato que o tribunal se disponibilize a ouvir alguém em juízo, em sede de depoimento de parte, e que com isso consuma meios e tempo processual (que sabemos estarem longe de ser recursos ilimitados), para depois decidir, eventualmente, desconsiderar tudo aquilo que ouviu, exigindo ao julgador um procedimento até dificilmente compaginável com a natureza humana.

Por outro lado, constitui um idêntico contrassenso pensar que a parte não poderá trazer nada de útil e de novo – ainda que tal possa ser a realidade na esmagadora maioria dos casos judiciais (afirmação que até acreditamos não corresponder à verdade), será sensato conceder ao juiz, à semelhança do que é preconizado e realizado em tantos outros domínios processuais, a liberdade de atuação e de conformação às circunstâncias do caso concreto, para que o mesmo possa, de facto, criar a sentença mais justa e adequada ao litígio a que tem, especificamente, de pôr termo.

Por fim, deixamos uma questão: mesmo cientes das dissemelhanças estruturais avassaladoras entre os processos penal e civil, seria realmente aceitável que, no primeiro, se privilegiasse a audição das partes e que, neste último, tal ato fosse, não só completamente desvalorizado, como até interdito, atendendo a que ambos os processos pretendem a descoberta da verdade material?

⁸⁸ Estrela Chaby, *O Depoimento de Parte em Processo Civil*, Coimbra, Coimbra Editora, 2014.

Pois bem, podendo manter-se muitas das observações acima referidas, agora dirigidas ao instituto da prova por declarações de parte, certo é que, por outro lado, algumas incoerências lógicas do sistema foram, neste ponto, eliminadas.

Para finalizar, e por não ser demais referir, cremos que a doutrina e a jurisprudência desempenharam um papel primordial nesta salutar controvérsia que tivemos oportunidade de expor, através da forma como se dedicaram à análise da questão e como a procuraram superar, tendo efetivamente influenciado a consagração da prova por declarações de parte. Para tal poderá ainda ter, eventualmente, contribuído a experiência estrangeira, que analisaremos brevemente, de seguida.

4. Ordenamentos jurídicos estrangeiros

O testemunho de parte é uma realidade presente em inúmeros ordenamentos jurídicos que não o nosso, cujas legislações evoluíram no sentido de utilizar este instituto, a ser livremente valorado pelo julgador, em substituição à tradicional figura da confissão. Do exposto serão exemplos, entre outros, o hodierno direito processual civil francês ou belga, e ainda o que vigora *“nos E.U.A., no Reino Unido, na Áustria, na Alemanha, nos países nórdicos, na Itália e na Espanha, ainda que em alguns esse depoimento valha como princípio de prova ou, a título subsidiário, ao arrimo de outros elementos probatórios.”*⁸⁹

Afirma LEBRE DE FREITAS que os percursores de tal movimento terão sido os países anglo-saxónicos⁹⁰, onde coexistem as figuras da *discovery by interrogatories* e, por outro lado, a da *examination and cross-examination*. O primeiro dos institutos mencionados assume um carácter preparatório da audiência, tendo como objetivo a aclaração das alegações das partes e a definição da factualidade controvertida. Este modelo de interrogatório é formulado pela parte contrária e respondido por escrito, dele podendo resultar a confissão do interrogado. O último interrogatório referido caracteriza-se, contudo, por ser um interrogatório livre e cruzado da parte, a ter lugar em audiência, sujeito à livre apreciação do tribunal, tanto quanto às declarações desfavoráveis produzidas, como quanto às favoráveis.

⁸⁹ Remédio Marques, in *A aquisição e a valoração...*, ob. cit.

⁹⁰ Lebre de Freitas, in *A Confissão no Direito...*, ob. cit.

De referir, por fim, que os sistemas em que vigora a livre valoração das declarações favoráveis do depoente, prescrição que normalmente coexiste com a igual sujeição da confissão à livre convicção do julgador, procuram instituir uma “*versão moderna do princípio da oralidade que repousa necessariamente no bom senso e na boa preparação técnica dos juízes (enquanto julgadores lúcidos da questão de mérito, não tanto enquanto peritos em questões de ordem processual)*”.⁹¹

Daremos, de seguida e mais pormenorizadamente, conta de somente três sistemas jurídicos, com os quais consideramos que o nosso ordenamento jurídico mantém, no geral, mais afinidades.

. A) Direito alemão

No ordenamento alemão, o depoimento de parte por iniciativa oficiosa reveste-se de grande relevância e encontra-se previsto nos § 445 ss. ZPO, *maxime*, o seu § 453(1) e o § 454(1).⁹²

O requerimento de tal depoimento encontra-se dependente do prudente arbítrio do tribunal, embora tal opção seja privilegiada nas situações em que inexistem quaisquer outros elementos probatórios em que o julgador possa fundar a sua convicção ou, por outro lado, haja grande probabilidade que, da audição da parte, resultem indícios fortes sobre a veracidade dos factos convertidos, quer os mesmos sejam favoráveis, quer desfavoráveis, à parte convocada a depor.⁹³

O depoimento da parte não se consubstancia, regra geral, na resposta a perguntas isoladas (§§ 451 e 397 do ZPO), mas sim numa exposição coerente e encadeada dos acontecimentos (§§ 451, 395 e 396 do ZPO), o que consideramos ser mais vantajoso e propiciador à aquisição, pelo juiz, da exata realidade histórica, nos precisos termos em que a mesma teve lugar.

. B) Direito espanhol

Também o ordenamento processual civil espanhol prevê, nos artigos 238.1 ss. da *Ley de Enjuiciamiento Civil*, o “*interrogatório de las partes*”, que deve versar, nos

⁹¹ Lebre de Freitas, in *A Confissão no Direito...*, ob. cit.

⁹² Walter Zimmermann, *Zivilprozessordnung*, apud Remédio Marques, *A aquisição e a valoração...*, ob. cit.

⁹³ Othmar Juaernig, *Direito Processual Civil*, apud Remédio Marques, *A aquisição e a valoração...*, ob. cit.

termos do art. 301.1 do mesmo diploma, “*sobre hechos y circunstancias de los que tenga noticia y que guarden relación com el objeto del juicio*”, independentemente de se tratarem de factos probatórios favoráveis ou desfavoráveis ao depoente.

Relativamente ao valor probatório de tais declarações, impõe o art. 316.2 da *supra* mencionada *Ley* a “*valoración libre de la prueba*”, por parte do juiz, exceção feita aos casos residuais em que a prova é tarifada – tal sucederá quando as respostas da parte depoente versem sobre factos em que teve intervenção pessoal e cuja fixação lhe seja inteiramente prejudicial, se tais factos não forem postos em causa pelo resultado probatório de outros meios de prova e não se tratarem de ações sobre a capacidade das pessoas, de filiação, ações matrimoniais e relativas a menores, nos termos dos arts. 316.1 e 2 e 752.2.

Por outro lado, é interessante apurar que a regra da indivisibilidade da confissão, que, como já tivemos oportunidade de constatar, se encontra em pleno vigor no nosso sistema processual civil nacional⁹⁴, foi eliminada no nosso vizinho hispânico, através da revogação expressa do art. 1233 do Código Civil espanhol. Nestes termos, o tribunal tem plena liberdade de consideração dos resultados probatórios isolada ou globalmente, da forma que entenda ser a mais conveniente, desde que fundamente devidamente a sua decisão, especialmente quando considere provada factualidade afirmada por uma parte que é, simultaneamente, favorável a si mesma.⁹⁵

Neste sistema jurídico, deve ainda salientar-se o art. 304 da *Ley*, que possibilita ao juiz aplicar a figura da *ficta confessio* quando se verifique a falta de comparência não justificada da parte ou a recusa da mesma em responder às perguntas que lhe são colocadas, quanto a factos pessoais que lhe são desfavoráveis. A existência de tal instituto funda-se na necessidade de uma valoração probatória nos casos em que, verificando-se tal situação, e não existindo quaisquer outros meios de prova à disposição do juiz, o interrogatório da parte era o único meio de o tribunal poder formar a sua convicção quanto aos factos controvertidos. Assim, tendo uma das partes impossibilitado a parte contrária de demonstrar os factos constitutivos, impeditivos ou

⁹⁴ Vide ponto 3.1. A).

⁹⁵ Assim, José Garberí Llobregat, *Los medios de prueba en La Ley de Enjuiciamiento Civil*, apud Remédio Marques, *A aquisição e a valoração...*, ob. cit.

modificativos dos direitos respetivamente alegados, é natural que a parte não cooperante sofra as consequências negativas da sua atuação, no plano probatório.⁹⁶

. C) Direito italiano

No direito italiano, destacamos, previamente, a doutrina de CAPPELLETTI, que propôs a democratização do processo através da substituição gradual do *sistema della scrittura* pelo *sistema da oralidade* e do sistema da prova legal pelo da livre apreciação da prova⁹⁷. No domínio da audição das partes, o mesmo Autor defendeu a adoção do interrogatório livre da parte, com a valoração conjunta, por parte do juiz e de acordo com a convicção formada, das declarações favoráveis e desfavoráveis que o declarante viesse a emitir.

Assim se compreende a figura do *interrogatorio non formale*, ou *interrogatorio libero*, previsto no art. 117 do *Codice di Procedura Civile*, onde pode ler-se que “[i]l giudice, in qualunque stato e grado del processo, há la facoltà di ordinare la comparizione personale delle parti in contraddittorio tra loro per interrogarle liberamente sui fatti di causa.”. Apesar da manifesta semelhança, quer material, quer semântica, entre este preceito e o nosso 452.º, n.º 1⁹⁸, há uma diferença crucial entre ambos os regimes – o art. 116.2 do *Codice* atribui explicitamente a estas declarações o valor de “*argomenti di prova*”, isto é, indícios probatórios, quer se tratem de argumentos favoráveis ou desfavoráveis à parte que os expõe.

Temos, pois, aqui que, à parte é concedida a oportunidade de relatar os factos em litígio, enquanto ao tribunal se pede que efetue uma apreciação não vinculada desse relato, conexa com as singularidades do caso concreto e com as máximas da experiência, buscando outros elementos probatórios sobre os factos declarados pela parte. Assim o é porque a resposta do depoente acerca de factos controvertidos cuja prova o favoreça não é, por regra, suficiente para, por si só, permitir uma apreciação probatória positiva dessa factualidade. Apesar de ANDREA PROTO PISANI⁹⁹ acentuar, neste sentido, que as declarações favoráveis ao depoente têm uma relevância

⁹⁶ Neste sentido, José Garberí Llobregat, *Los medios de prueba en La Ley de Enjuiciamiento Civil*, apud Remédio Marques, *A aquisição e a valoração...*, ob. cit.

⁹⁷ Cappelletti, apud Lebre de Freitas, in *A Confissão no Direito...*, ob. cit.

⁹⁸ Assim, Remédio Marques, *A aquisição e a valoração...*, ob. cit.

⁹⁹ Andrea Proto Pisani, *Lezioni di Diritto Processuale Civile*, apud Remédio Marques, *A aquisição e a valoração...*, ob. cit.

probatória mínima (*“inferenza probatoria minima”*) quando desacompanhados de outros indícios ou elementos probatórios, não é menos verdade que o sistema processual civil italiano permite que os *“argomenti di prova”* sejam utilizados, através de regras de experiência indiretas, como única justificação para que determinado facto seja dado como provado, desde que o indício seja substancial e que o respetivo raciocínio e argumentação que fundaram a convicção do juiz estejam plenamente documentados.

De notar que o *interrogatorio libero* também pode, nos termos do art. 185 do *Codice*, ser requerido pelas partes, havendo acordo entre ambas.

Em certa medida, se tivermos em atenção somente o objeto e não tanto a legitimidade para o respetivo requerimento, diremos que a figura do *interrogatorio formale* mantém mais afinidade com o nosso depoimento de parte – esta modalidade de interrogatório, prevista no art. 115 do *Codice*, caracteriza-se por ser uma sequência pré-ordenada de questões à parte, com o intuito de provocar uma confissão judicial, ressalvando, claro está, todas as situações em que as declarações, por respeitarem a direitos indisponíveis, não possam ser havidas como confessórias. Contudo, tal ato somente pode ter lugar por iniciativa da parte contrária daquela cujo depoimento é requerido. Neste ponto, CRISANTO MANDRIOLI¹⁰⁰ refere que este instituto não alcança grande relevo prático, na medida em que, sendo requerido pela contraparte, não visa tanto conhecer a realidade sobre as afirmações dos factos controvertidos, mas procura, essencialmente, distorcer essa realidade.

¹⁰⁰ Crisanto Mandrioli, *Diritto Processuale Civile, II, Il Processo Di Cognizione*, apud Remédio Marques, *A aquisição e a valoração...*, ob. cit.

QUARTA PARTE

PROVA POR DECLARAÇÕES DE PARTE

5.1. Aspetos gerais. Desígnios e utilidade

Finda a análise do contexto histórico em que se encetou o debate acerca da (in)existência de uma possibilidade de audição das partes fora do âmbito confessório, bem como das práticas internacionais neste campo, abordaremos, então, a consagração da prova por declarações de parte no nosso ordenamento jurídico, ainda que a mesma não constitua o autêntico *testemunho de parte* que já vimos vigorar noutros países.

Com efeito, até à entrada em vigor da última alteração legislativa, as partes podiam requerer o depoimento da parte contrária ou de uma comparte com interesses antagónicos, sobre factos determinados, com o objetivo de obter a respetiva confissão de factos desfavoráveis ao depoente; sendo que esse depoimento podia ainda ser determinado por iniciativa do juiz, com o mesmo objetivo. O juiz tinha ainda o poder de chamar a parte para prestar esclarecimentos.

O Código de Processo Civil de 2013 manteve estas possibilidades e veio acrescentar a da prova por declarações de parte, prevendo que a própria parte possa requerer a prestação do seu próprio depoimento, ficando as declarações prestadas sujeitas à livre apreciação pelo julgador, salvo na medida em que resultarem em confissão. Contudo, o legislador não eliminou o impedimento, constante do artigo 496.º, a que a parte deponha como testemunha; tendo igualmente conservado a função do depoimento de parte como um meio de exclusiva obtenção da prova por confissão e o poder de o juiz de pedir esclarecimentos e informações. Verifica-se, pois, que o Código continuou a não prever que a parte seja chamada a depor sobre os factos do litígio, independentemente de lhe serem favoráveis ou desfavoráveis, conferindo ao juiz o poder de valorar livremente as declarações; não tendo, nessa medida, sido introduzido o *testemunho de parte* paralelo ao dos ordenamentos jurídicos analisados.

Neste mesmo sentido, afirma ELIZABETH FERNANDEZ que “*as partes que presenciaram diretamente factos ou neles intervieram são tecnicamente testemunhas dos mesmos. O legislador, porém, teve ainda medo das palavras e recusou [...] a*

*designação da parte como testemunha [...]. Mais uma vez, a parte que, nestas situações, é materialmente uma testemunha, formalmente, apenas tem a dimensão de parte, tudo para continuar a manter a ilusão de que o nosso sistema processual só pode repudiar o testemunho de parte.”.*¹⁰¹

Não estando, por outro lado, a avaliação da utilidade e mais-valia que este novo meio de prova instituído representa para o sistema processual civil livre de polémica, sequer os termos em que se optou por ser o mesmo estabelecido, muito mais temos ainda a expor.

A prova por declarações de parte foi especialmente concebida, cremos, para todas as ações cuja factualidade a provar assenta em situações em que, pelas suas circunstâncias ou natureza, apenas tenham tido intervenção as próprias partes, não tendo sido presenciadas por terceiros, ou relativamente às quais as partes tenham tido uma perceção direta privilegiada, afigurando-se minorada a possibilidade de produção de outros meios de prova, como sejam a documental, a testemunhal ou a pericial. Procurou, pois, remover-se, por esta via, um obstáculo formal ao apuramento da verdade material.

Neste sentido, avança ANTÓNIO ABRANTES GERALDES que as declarações de parte terão o condão de diminuir o recurso, frequentemente excessivo ou inconveniente, a depoimentos de testemunhas que não tiveram conhecimento direto dos factos, contrariando, assim, o relevo desproporcionado conferido à prova testemunhal¹⁰², bem como, acrescentamos, o reduzido interesse e muito limitado valor processual que tais depoimentos indiretos contêm.

Doutrina há que considera ainda que a prova por declarações de parte “*terá uma natureza essencialmente supletiva, isto é, será um meio ao qual as partes recorrerão nos casos em que, face à natureza pessoal dos factos a averiguar, pressintam que outros meios probatórios usados não terão sido bastantes para assegurar o convencimento do juiz.*”¹⁰³, deduzindo esta supletividade do facto de este meio de prova não ter de ser, como os restantes, requerido no momento dos articulados,

¹⁰¹ Elizabeth Fernandez, *Um Novo Código de Processo Civil? Em busca das Diferenças*, Porto, Vida Económica, 2014.

¹⁰² António Abrantes Geraldes, *Temas da nova reforma do Processo Civil*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, Lisboa, 2013, Ano 73, (Janeiro-Março 2013), pp. 23-61.

¹⁰³ João Correia, Paulo Pimenta e Sérgio Castanheira, *Introdução ao Estudo...*, ob. cit.

podendo antes sê-lo exatamente até ao último momento em que é possível a produção de prova.

Com igual opinião, LEBRE DE FREITAS afirma que “[a] apreciação que o juiz faça das declarações de parte importará sobretudo como elemento de clarificação do resultado das provas produzidas e, quanto outros não haja, como prova subsidiária, maxime se ambas as partes tiverem sido efetivamente ouvidas.”.¹⁰⁴

No seguimento de tudo quanto foi dito, aduzimos alguns casos, alguns até já referenciados pela doutrina como sendo aqueles em que a prova por declarações de parte mais potencialidades representará, e que são, de facto, os mais ilustrativos das vantagens de uma audição das próprias partes.

Em primeiro lugar, destacam-se, neste âmbito, todas as matérias do foro íntimo ou pessoal dos litigantes, que serão, à partida, aquelas com maior probabilidade de não terem sido presenciadas por terceiros por terem lugar na intimidade do lar e, consequentemente, de se afigurarem de difícil demonstração – são disso exemplos as ações de divórcio e, regra geral, todos os restantes litígios que recaiam no ramo do direito da família. O tópico em questão ganha particular interesse se recordarmos que este é outrossim um domínio marcado pela existência de inúmeros direitos indisponíveis – e já vimos que, sobre estes, por não ser admissível a confissão de factos, é jurisprudencialmente muito discutível a possibilidade de prestação de depoimento de parte.¹⁰⁵

Já a prestação de declarações de parte terá, neste âmbito, cremos, plena, frutuosa e irrefutável aplicação – neste sentido, aluda-se ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, datado de 10/04/2014 [ONDINA CARMO ALVES], Processo n.º 2022/07.1TBCSC-B.L1-2, in dgsi.pt: “[a] pretensão do réu [entenda-se: a prestação de declarações de parte], omitindo a fundamentação deste seu pedido, veio a ser rejeitada pela Exma. Juíza do Tribunal a quo, que considerou, em suma, que a mesma seria desnecessária, por inútil, posto que, caso o réu respondesse à matéria dos autos poderia levar a uma eventual confissão, que não poderia ser valorada, atento o objecto dos autos. Dissentimos da posição assumida no despacho recorrido, no qual parece pressupor alguma sintonia entre dois meios de prova que, na sistemática do Novo Código de

¹⁰⁴ Lebre de Freitas, *A Acção Declarativa...*, ob. cit.

¹⁰⁵ Vide ponto 3.2.

Processo Civil, são distintos a prova por declarações de parte e o depoimento de parte. [...] não impede, nem limita, a faculdade que a parte tem de lançar mão do novo meio de prova declarações de parte - sendo estas, em tudo o que lhe for favorável, livremente valoradas pelo Tribunal. O que se rejeita é que o Tribunal, a pretexto da inviabilidade de confissão, por força da natureza da acção em causa, rejeite o meio de prova requerido pela parte, decidindo, desde logo e liminarmente, pela sua inutilidade.”.

Em segundo lugar, ocorre-nos a hipótese de litígios derivados de acidentes de viação, em que um dos condutores intervenientes demanda a seguradora do veículo do outro condutor, por lhe imputar a responsabilidade pela ocorrência do sinistro. Neste caso, supondo que não há quaisquer testemunhas presenciais do embate – para além de ambos os intervenientes, claro está – e que ambas as versões do acidente são contraditórias e inconciliáveis; é um facto que a seguradora podia arrolar o seu condutor do veículo seguro como testemunha, mas que, por outro lado, o autor estava, na vigência do anterior Código, impedido de expor oralmente ao tribunal a sua descrição da ocorrência. Pois bem, poderá agora fazê-lo.

Por último, destacamos as situações em que a parte, tratando-se de uma pessoa coletiva, pode agora requerer a prestação de declarações de parte do seu legal representante. Ao abrigo do anterior Código, sucedia que, a título de exemplo, um sócio-gerente de uma sociedade, representante da mesma em juízo, não podia depor como testemunha porquanto era, nos termos do disposto no anterior artigo 617.º – correspondente ao atual artigo 496.º – tido como parte, podendo prestar depoimento de parte se requerido. Trata-se de um caso em que, muito embora de tal audição resultasse provável benefício para a descoberta da verdade material, a mesma estava legalmente vedada. Neste contexto, encontrou-se forma de contornar o impedimento, através da renúncia do representante à gerência e respetiva apresentação a depor como testemunha, o que era comumente aceite pelos tribunais. Disso é exemplo o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, datado de 28/05/2001 [COUTO PEREIRA], Processo n.º 0150515, in dgsi.pt, cujo sumário prevê que “I – O impedimento a que se reporta o artigo 618 n.1 alínea a) do Código de Processo Civil, na sua anterior redacção, actual artigo 617, reporta-se ao momento de prestar o depoimento. II – Assim sendo, é o momento da inquirição, na audiência de julgamento, que determina a

possibilidade de se depor, ou não, como testemunha. III – Deste modo, um sócio-gerente da ré, aquando da apresentação do rol de testemunhas, pode depor como testemunha se, no momento da inquirição, já não tiver aquela qualidade.”.

Considerando estes mesmos casos de dificuldade de prova através dos restantes meios disponíveis, PAULO PIMENTA relembra que as declarações de parte se assumem como uma alternativa fundamental, evitando que o exercício, pelas partes, dos respetivos direitos de ação ou de defesa fique, à partida, coartado ou drasticamente limitado¹⁰⁶. EDGAR VALLES excede até este Autor, ao asseverar “*que se poderia ter ido mais longe, tornando as declarações de parte obrigatórias. Quem não deve não teme...*”.¹⁰⁷

Ora, uma vez que o processo civil regula conflitos de natureza privada dos cidadãos e que se caracteriza por dar primazia à verdade material, na procura da solução mais justa e adequada ao litígio em discussão, é dificilmente sustentável a circunstância de impor a sujeição das partes a um formalismo processual complexo e de lhes negar – àquelas diretamente interessadas no litígio – uma intervenção ativa em juízo, só lhes concedendo a faculdade de manifestação da sua vontade através dos articulados ou na eventual diligência de tentativa de conciliação. A desmedida rejeição da audição das partes somente para sede de depoimento de parte – que tampouco assegura os interesses da parte depoente porquanto somente visa a confissão – foi finalmente contrabalançada com esta possibilidade de as partes deporem por iniciativa própria.

Assim analisada a questão, somos realmente levados a concluir que tal meio de prova representa um avanço, sobretudo na concretização do direito de ação e defesa, aqui especialmente considerada a vertente do direito à prova; bem como, constitui uma homenagem aos princípios da oralidade e da imediação.

Afigura-se-nos que o direito da parte a ser ouvida pelo tribunal vem, mais do que tantos outros que lhe estão consagrados, dar resposta às preocupações e pretensões dos cidadãos comuns, podendo até contribuir para reduzir o distanciamento entre estes e a Justiça, tão característico dos tempos modernos.

¹⁰⁶ Paulo Pimenta, *Tópicos para a reforma...*, ob. cit.

¹⁰⁷ Edgar Valles, *Prática Processual Civil com o Novo CPC*, 7ª ed., Almedina, 2013.

Parece-nos ser identicamente indiscutível que a exposição oral que a parte faça dos factos em que tenha tido intervenção ou conhecimento pessoal e direto, pelo menos no âmbito dos particulares casos acima indicados, poderá contribuir grandemente para a justa composição do litígio. Tal meio de atuação dificilmente se poderá comparar à mera alegação de factos concretizada nos respetivos articulados, porquanto o contacto direto entre o juiz e as partes privilegia em larga medida a possibilidade deste ter uma perceção da realidade histórica tal como a mesma ocorreu, bem mais do que a perceção que resulta da simples leitura das peças processuais.

Contudo, sabemos que nem sempre assim operará. Se esta tomada de posição é relativamente descomplicada tomando por referência as situações em que a parte apresenta uma perceção direta privilegiada dos factos controvertidos e é reduzida a possibilidade de produção de outros meios de prova, certo é também que o meio de prova em questão pode ser utilizado em toda e qualquer ação. Surge, aqui, o dilema das situações em que as partes somente querem ter a oportunidade de expor as suas motivações ao juiz, falar apenas por falar, desabafar até; independentemente de saber que as suas declarações em nada contribuirão para o andamento célere e eficaz do processo; ou mesmo não desconhecendo já ter sido carreada suficiente prova para o processo, mormente mediante meios de prova mais idóneos à consideração da respetiva factualidade como provada.

A este propósito, PAULO PIMENTA crê que “[n]ão se afigura que haja o risco de banalização desta figura, pois as partes não podem ter a pretensão ou a expectativa de conseguirem sempre convencer o tribunal de certo quadro só porque resolvem prestar declarações. Aliás, para além de as declarações ficarem sujeitas à livre apreciação do juiz, as partes ficarão vinculadas, em regime de confissão, àquilo que, de desfavorável, resultar das suas próprias declarações – o que se mostra suficiente para evitar iniciativas, digamos, temerárias.”.¹⁰⁸

Confessamos não ter a mesma opinião otimista do Autor – a, ainda que reduzida, experiência que temos tido em juízo tem revelado, pelo contrário, um recurso constante e obstinado a este novo meio de prova, grande parte das vezes abusiva e desnecessariamente. Atendendo a que ainda não existem estudos e estatísticas sobre

¹⁰⁸ Paulo Pimenta, *Tópicos para a reforma... ob. cit.*

a temática da utilização das declarações de parte nos tribunais portugueses, nos quais gostaríamos de nos apoiar para emitir uma opinião mais esclarecida sobre o assunto, somente diremos que, de todo o modo, o meio de conjugação de ambos os interesses e direitos em oposição que se nos afigura menos lesivo será o de, prevendo legalmente a possibilidade de declarações de parte, atribuir ao juiz a tarefa de avaliação das circunstâncias e necessidades de cada caso concreto, que se poderá – e deverá – traduzir no eventual indeferimento dos requerimentos de declarações de parte despropositados e numa gestão e condução, quer da audiência, quer do processo, pelos critérios da necessidade, da celeridade e da pertinência.

5.2. Âmbito de aplicação material e temporal

Concede-se uma breve nota à análise do artigo 5.º da Lei 41/2013, de 26 de Junho, o qual dispõe sobre a aplicação destas novas alterações legislativas no tempo. Cingindo-nos à prova por declarações de parte, que aqui nos ocupa, diremos somente que o n.º 1 do referido preceito impõe a sua aplicação imediata às ações declarativas pendentes, nos termos definidos pelos dois arestos que passamos a apresentar.

No Acórdão do Tribunal da Relação do Porto datado de 18/12/2013 [RODRIGUES PIRES], Processo n.º 114/09.1TBETR-A.P1, *in* dgsi.pt, em cujo sumário se lê: “I - No Novo Código do Processo Civil, que entrou em vigor no dia 1.9.2013, está prevista no seu art. 466º a prova por declarações de parte, a qual pode ser requerida, pela própria parte, até ao início das alegações orais em 1ª instância. II - Uma vez que o Novo Código do Processo Civil é imediatamente aplicável às ações declarativas pendentes (art. 5º, nº 1 da Lei nº 41/2013, de 26.6.), pode tal prova ser requerida, em 4.9.2013, no decurso de audiência de julgamento que ainda não atingira a fase das alegações orais.”; decidiu, assim, o douto Tribunal revogar a decisão recorrida. Constatou-se que a Mma. Juíza *a quo* indeferiu o requerimento de prestação de declarações de parte da Autora, efetuado no decorrer da audiência final, com fundamento em que tal pretensão consubstanciava uma alteração ou aditamento ao requerimento probatório apresentado, cujo despacho de admissão já havia transitado em julgado, não sendo, assim, tal admissível, não só por não estar devidamente salvaguardado no n.º 4 do preceito em questão, mas por ser o pedido manifestamente extemporâneo.

Decidiram, por outro lado, os Mmos. Juízes Desembargadores pela aplicação imediata da lei, uma vez que o n.º 4 do artigo 5.º não seria de aplicar ao caso vertente porquanto a acção já ultrapassara a fase dos articulados, encontrando-se na fase de audiência de julgamento.

O Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 06/11/2014 [HELENA MELO], Processo n.º 1339/12.8TBVRL.G1, *in* dgsi.pt, sumariza ainda que “II - No que respeita à produção e apresentação de meios de prova requeridos ao abrigo do regime processual anterior, apenas se aplicará o novo regime nos segmentos que não colidam com aquele regime, assim se respeitando a harmonia e coerência processual, o princípio da segurança e a protecção da confiança.”; podendo ler-se, na fundamentação da douta decisão, o seguinte: “O artº 5º do diploma que aprovou o NCPC é omissivo quanto ao modo como deve ser processada a produção de prova na audiência de discussão e julgamento, quando a prova foi oferecida à luz da lei antiga. Assim, afigura-se-nos correcto o entendimento do Mmo Juiz a quo, ao aplicar apenas, no que respeite à produção e apresentação de meios de prova requeridos e admitidos ao abrigo do regime processual anterior, o novo regime nos segmentos que não colidam com aquele regime, como ocorre quando admitiu a prestação de declarações pelo R. requerida pela própria parte, assim se respeitando a harmonia e coerência processual, o princípio da segurança e protecção da confiança.”.

Relativamente à potencial utilização do novo meio de prova por declarações de parte em juízo, diremos que esta possibilidade não se restringe ao âmbito material do processo civil. De facto, não se olvide a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil a inúmeros domínios processuais, de que é exemplo o administrativo, tratado em aresto do Tribunal Central Administrativo Norte, datado de 13/06/2014 [ANTERO PIRES SALVADOR], Processo n.º 1639/07.9BEPRT.B, *in* dgsi.pt, onde pode ler-se o seguinte: “[u]m primeiro apontamento: inexistindo dúvidas acerca da aplicação aos presentes autos, enquanto AAC, do Cód. Processo Civil, por via do n.º 1 do art.º 42.º do CPTA e uma vez que neste inexistem normas especiais que versem a matéria dos autos, não cumpre eloquir acerca desta questão. Afirmada esta aplicação subsidiária [...]”.

5.3. Procedimento processual

. A) Temporalidade do requerimento

Como já tivemos oportunidade de analisar¹⁰⁹, as recentes alterações legislativas ao processo civil português anteciparam o momento de proposição dos meios de prova, impondo às partes a definição, *a priori*, de uma disciplina processual e estratégia probatória, a apresentar concomitantemente com os respetivos articulados.

Por outro lado, o artigo 604.º disciplina a sequência dos atos a praticar na audiência final, sendo que o seu n.º 3 impõe que, após a tentativa de conciliação, tenham lugar, pela ordem indicada nas diversas alíneas, inúmeras diligências de produção de prova – em primeiro lugar, prestam-se os depoimentos de parte; seguidos da exibição de reproduções cinematográficas ou de registos fonográficos; logo após, os esclarecimentos verbais dos peritos; a que se seguem os depoimentos testemunhais; e, por último, as alegações orais de facto e de direito dos mandatários das partes, que findarão com o encerramento da audiência final¹¹⁰. Verifica-se não ter sido incluída, neste elenco de atos, a prestação das declarações de parte, o que poderá ser, aparentemente, indiciador de uma lacuna na lei. Senão, vejamos.

A prova por declarações de parte pode, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 466.º, ser requerida até ao início das alegações orais em 1ª instância; pelo que, foi efetivamente concedida às partes a oportunidade de requererem este meio de prova até ao último instante possível, mesmo após a produção de todos os outros meios de prova já ter decorrido, desde que ainda não se tenham iniciado as alegações dos mandatários. Perante este cenário, torna-se inegável o reconhecimento de que a prova por declarações de parte surge, manifestamente, não só como um caso de excecional condescendência do legislador, mas também como um último reduto das partes em sede de produção de prova.

Procurando justificações para tamanha benevolência, chegamos à conclusão de que se pretendeu, porventura, dotar as partes de um “último trunfo na manga”, isto é, consentir numa última oportunidade de as mesmas pugnarem pela demonstração dos factos que lhe são favoráveis, clarificando, eventualmente, alguma incerteza resultante

¹⁰⁹ Vide ponto 1.2. B).

¹¹⁰ Sem prejuízo de o n.º 8 do mesmo preceito conceder ao juiz a faculdade de alterar, quando tal se justifique, a ordem de produção de prova *supra* mencionada.

de um depoimento de um perito ou de uma testemunha que seja incompatível com o alegado pela parte no respetivo articulado ou com o asseverado pela mesma em sede de depoimento de parte. Em favor deste nosso argumento, que associa a consagração legal deste novo meio de prova a esta finalidade específica, está o facto de ter sido igualmente sagrada a possibilidade de o juiz, não se julgando suficientemente esclarecido, ordenar a reabertura da audiência, determinando a audição “*das pessoas que entender e ordenando as demais diligências necessárias*”, nos termos da 2ª parte do n.º 1 do artigo 607.º. De facto, o legislador consentiu que o juiz, quer no decorrer de toda a audiência final, quer mesmo após o encerramento da mesma – quando ainda se encontra aberto o quadro factual dos autos, que apenas será firmado na própria sentença – pudesse, ao constatar a contradição entre factos, confrontar depoimentos para melhor esclarecimento. Sem prejuízo da falta de acerto de tal solução legal¹¹¹, consideramos que o retardamento da possibilidade de requerer as declarações de parte em juízo poderá estar, ainda que remotamente, relacionado com esta medida, uma vez que este meio de prova pode contribuir para que, somente no momento imediatamente anterior ao início das alegações orais, se forme no espírito do julgador uma dúvida ou uma convicção diferente, que justifique o recurso a novas diligências oficiosas.

Atendendo, por outro lado, a que foi imposta uma maior limitação temporal quanto à apresentação dos meios de prova, é identicamente concebível que as declarações de parte também possam servir o propósito de atenuar esta restrição e suprir uma dificuldade de prova de que a parte e o respetivo mandatário só puderam ter perceção mais tardiamente, nomeadamente, ao longo do decorrer da audiência.

Na mesma medida, considerando a igual inserção, no nosso ordenamento jurídico, dos temas de prova, por natureza mais genéricos e vagos, não é despiciendo considerar que, por vezes, mesmo após a realização da audiência prévia e fruto de um saneamento inadequado do processo, a parte poderá comparecer na audiência final com um certo desconhecimento acerca da factualidade que o juiz considera assente

¹¹¹ É, na verdade, nosso entender que este poder do juiz de reabrir a audiência final as vezes que entender atenta contra o princípio da preclusão processual, na medida em que eterniza os processos e cria uma enorme incerteza, de que decorrerá prejuízo para ambas as partes. Além disso, colocar o julgador nesta posição de entidade dirigista e inquisitória representa uma total instrumentalização da audiência final e das próprias partes aos poderes oficiosos do juiz.

ou não, bem como, daquela que se pretende ver provada. Assim, as declarações de parte poderão ser, uma vez mais, utilizadas para suprir uma dificuldade de prova que entretanto assome, visto que, nesta fase do processo, a parte já não poderá lançar mão de qualquer outro meio de prova.

Por último, poderão ainda as declarações de parte assegurar uma possibilidade de resposta às exceções deduzidas pela contraparte, atendendo a que o âmbito de aplicação da réplica foi substancialmente restringido, cingindo-se agora, e de acordo com o disposto no artigo 584.º, aos casos em que tenha havido reconvenção ou às ações de simples apreciação negativa. Assim, dita o n.º 4 do artigo 3.º que o exercício do contraditório quanto às ditas exceções foi relegado para a audiência prévia ou, não havendo lugar a ela, no início da audiência final – o que pode ocorrer em sede de declarações de parte.

Quanto à questão de dever apontar-se uma omissão do legislador, dada a não inclusão das declarações de parte no preceito regulador dos trâmites da audiência final, julgamos que a resposta deverá ser negativa; ou que, pelo menos, tal preterição terá sido intencional. De facto, a leitura do n.º 1 do artigo 466.º deixa transparecer um regime propositadamente permissivo quanto ao momento em que poderá ocorrer o requerimento deste meio de prova, o que não se compaginaria com a sua inclusão no elenco sequencial detalhado do n.º 3 do artigo 604.º.

Apesar de crermos que tal facto tenha sido deliberado, não nos coibimos de abordar assunto diferente, que será o de analisar a correção de tal decisão. Pois bem, tendo já chegado à conclusão de que o Código não desenvolveu grandemente os trâmites em que se deverá processar a produção das declarações de parte, detenhamo-nos, por ora, numa análise mais pragmática deste tópico.

Propõem JOÃO CORREIA, PAULO PIMENTA e SÉRGIO CASTANHEIRA que “[e]ste meio de prova surgirá se surgir e no momento em que surgir, com o referido limite temporal, pelo que caberá ao juiz enquadrar as declarações de parte nos demais atos a praticar em audiência até ao início das alegações orais.”.¹¹²

Em sentido semelhante, também ISABEL ALEXANDRE defende que, caso as declarações de parte tenham sido requeridas antes da audiência final ou durante a

¹¹² João Correia, Paulo Pimenta e Sérgio Castanheira, *Introdução ao Estudo...*, ob. cit.

produção de prova, caberá ao juiz programar a prestação das mesmas; apontando, contudo, que tenham lugar após a produção dos depoimentos de parte.¹¹³

Pois bem, em sede de audiência final, vimos já que os depoimentos de parte ocorrem em primeiro lugar, previamente a qualquer outro meio de prova, para que os depoentes não se sintam influenciados por estes ou pressionados a confessar factos que lhes são desfavoráveis somente em virtude da forma (negativa) como lhes estará a decorrer o julgamento. Relativamente aos depoimentos testemunhais, sabemos também que, nos termos do n.º 1 do artigo 512.º, as testemunhas são recolhidas a uma sala, sendo-lhes impedida a assistência ao julgamento, para que possam depor com isenção e livres de condicionamentos.

Quanto às partes que pretenderem ser ouvidas pelo tribunal em sede de declarações de parte, tendo já concluído que não se descortina, na lei, qualquer referência mais específica a este ponto, concebemos, para meros efeitos de raciocínio, três opções possíveis, quando as mesmas se apresentam em juízo: *i)* as partes são inicialmente confrontadas com a possibilidade de prestar declarações e, querendo-o, fá-lo-ão no princípio da audiência, eventualmente após os depoimentos de parte; *ii)* as partes são igualmente confrontadas, desde logo, com a possibilidade de prestar declarações e, querendo fazê-lo, é adotado procedimento idêntico ao que se aplica às testemunhas: deverão retirar-se da sala para não assistir à audiência, sendo posteriormente chamadas a depor; *iii)* as partes assistem livremente a todo o julgamento e, querendo prestar declarações, poderão requerê-lo a todo o tempo, até ao início das alegações orais de 1ª instância, depondo após as testemunhas e antes da realização dessas mesmas alegações.

Somos forçados a concluir que as duas primeiras soluções apresentadas não têm base legal de sustentação – no primeiro caso, as partes não podem ser forçadas a prestar declarações no início da audiência se o artigo 466.º prevê que o possam requerer até uma fase substancialmente mais adiantada do processo; no segundo caso, para além de não existir um preceito de teor semelhante ao do artigo 512.º que se aplique à prova por declarações de parte, uma eventual e duvidosa analogia sempre esbarraria no princípio da publicidade da audiência, patente no n.º 1 do artigo 606.º.

¹¹³ Isabel Alexandre, *A fase de instrução...*, ob. cit.

Para não mencionar sequer quão transtornante é a ideia de se afastar a própria parte, impedindo-a de presenciar um julgamento de uma ação onde é peça essencial. De facto, tal ato nunca se coadunaria com o carácter privado do processo civil, um processo de partes, destinado a garantir o exercício dos direitos de natureza privada, em que reina o princípio do dispositivo e em que os sujeitos processuais são tendencialmente detentores do poder de disposição sobre o exercício ou não dos direitos de que sejam titulares.

Por outro lado, ambas as soluções apresentadas obstarão até a que a prova por declarações de parte consubstanciasse o trunfo que atrás descrevemos, uma vez que o seu exercício, quer no começo da audiência, quer no final da mesma sem que se tenha presenciado a restante prova produzida, impede que tal meio de prova seja utilizado como instrumento de exercício do contraditório relativamente aos depoimentos testemunhais ou como método de suprimento de dificuldades de prova cuja percepção sobrevém meramente no decorrer do julgamento. Na realidade, a prestação de declarações de parte nestes termos restringi-las-ia a uma espécie de “*alegação inicial*”, em que as partes que depusessem se limitariam a reiterar o teor dos respetivos articulados, repetindo tudo quanto já teria sido previamente alegado nos mesmos.

Resta-nos, pois, a hipótese que prevê que as partes possam assistir livremente ao julgamento da causa, requerer a prestação de declarações em qualquer momento até ao início das alegações orais de 1ª instância, depondo após as testemunhas e antes da realização dessas mesmas alegações.

ELIZABETH FERNANDEZ entende, quanto a este ponto, que “*a parte domina o material fáctico e probatório do processo só por ser parte, pelo que seria artificial apenas admitir a mesma a prestar declarações nos termos em que as testemunhas são admitidas a fazê-lo, ou seja, sem a presença umas das outras.*”¹¹⁴ RUI PINTO, de igual forma, aceita que “[*a*] parte pode muito bem ter assistido aos atos prévios, acompanhada pelo seu mandatário, e pretender, após estes, apresentar a sua versão dos factos. Tal está no claro espírito da norma.”¹¹⁵

Pois bem, parece indiscutível que, se de tal possibilidade poderão resultar vantagens para o esclarecimento do tribunal e para a descoberta da verdade material,

¹¹⁴ Elizabeth Fernandez, *Um Novo Código...*, ob. cit.

¹¹⁵ Rui Pinto, *Notas ao Código de Processo Civil*, 1ª ed., 2014, Coimbra Editora.

daí poderão outrossim advir iguais desvantagens, na medida em que tal faculdade propicia condutas menos honestas e a audição integral de toda a produção de prova em juízo condicionará forçosamente o teor de umas declarações posteriores.

Cremos que o único meio de harmonizar os valores e princípios em oposição, bem como a problemática a eles subjacente, residirá na valoração que se faça das declarações de parte prestadas – o juiz sempre terá de atender a esta realidade, aquando da análise crítica que fizer da prova produzida em audiência para a consequente formação da sua convicção. De facto, é nosso entender que a circunstância de as declarações de parte ocorrerem no início do julgamento ou, de outra banda, somente em momento anterior às alegações orais – e neste último caso, tendo ou não assistido à produção de toda a prova – poderá modificar a justa apreciação que das mesmas se faça, consoante seja de considerar, ou não, que tal circunstancialismo influenciou, e em que medida, as declarações da parte.

. B) Iniciativa do requerimento

Já tendo sido dissecada a temporalidade do requerimento de declarações de parte, cumpre igualmente examinar a quem pode caber a iniciativa do mesmo. Não estando em causa apurar se a própria parte o poderá requerer – tal é-lhe expressamente consentido pelo n.º 1 do artigo 466.º – assim não será tão evidente quanto à permissão de um requerimento da comparte ou da parte contrária nesse sentido ou quanto à iniciativa oficiosa do mesmo, por parte do juiz.

À partida, a remissão do artigo 466.º, n.º 2 para o regime do depoimento de parte, justificaria que se respondesse afirmativamente a ambas as situações, tendo por base a aplicação dos artigos 452.º, n.º 1 e 453.º, n.º 3. Contudo, diremos que tal não parece ter sido a intenção do legislador, sendo este um dos pontos em que se impõe efetuar as *necessárias adaptações* a que alude o n.º 2 do artigo 466.º. Com efeito, cremos que as declarações de parte só poderão ser requeridas pela própria parte. ISABEL ALEXANDRE apresenta uma justificação, que subscrevemos na íntegra, para negar a *supra* referida remissão: “[a] remissão do artigo 466º, n.º 2, para o regime da prova por confissão das partes significará que à prova por declarações de parte são aplicáveis as regras respeitantes à produção da prova por confissão das partes [...], mas já não que sejam aplicáveis aquelas regras que digam respeito aos requisitos de admissibilidade do

depoimento de parte (por exemplo, a regra que estabelece a possibilidade de requerer o depoimento de partes ou os factos sobre os quais o depoimento pode recair).”.¹¹⁶

De referir que LEBRE DE FREITAS¹¹⁷ nega, de igual medida, embora sem grandes fundamentações, a possibilidade de iniciativa oficiosa do juiz. Por seu turno, PAULO PIMENTA defende que “[a] natureza voluntária das declarações de parte significa que este meio de prova não pode ser requerido pela contraparte nem determinado oficiosamente pelo juiz. [...] O sentido e a função desta nova figura não parece consentir outro entendimento.”¹¹⁸.

Já PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO entendem que as declarações de parte podem ser requeridas pela parte do depoente, ao abrigo do n.º 3 do artigo 453.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 466.º; podendo igualmente ser este meio de prova determinado oficiosamente, tendo por base o artigo 411.º¹¹⁹.

Há, por outro lado, quem defenda que, não sendo a manifestação de vontade de prestar declarações um ato pessoal da própria parte, pode o mesmo ser expresso pelo respetivo mandatário, não sendo impeditivo de tal requerimento o facto de não se verificar a presença simultânea do eventual declarante, para depoimento imediato. Optámos por examinar este ponto separadamente, mais adiante.¹²⁰

Pois bem, em relação a um potencial requerimento da parte contrária, a questão que se coloca afigura-se meramente académica, uma vez que, tendo a declaração da parte por objeto factos favoráveis à mesma, inexistirá qualquer interesse da parte contrária em ouvi-la nestes termos, antes pelo contrário. De facto, o único proveito, em juízo, que uma parte pode retirar das declarações da parte contrária será a eventualidade de o depoente resvalar para declarações de conteúdo confessional, hipótese que já se encontra plenamente assegurada com a possibilidade de requerer o depoimento de parte da contraparte.

Quanto ao requerimento da parte ou à iniciativa oficiosa do juiz para que tais declarações tenham lugar, consideramos, efetivamente, que estas opções careceriam de previsão legal expressa nesse sentido.

¹¹⁶ Assim, Isabel Alexandre, *A fase de instrução...*, ob. cit.

¹¹⁷ Lebre de Freitas, in *A Acção Declarativa...*, ob. cit.

¹¹⁸ Paulo Pimenta, *Processo Civil Declarativo*, Almedina, 2014.

¹¹⁹ Paulo Ramos de Faria e Ana Luísa Loureiro, *Primeiras Notas...*, ob. cit.

¹²⁰ Vide ponto 5.4. A).

Aceitamos que possa parecer um aparente contrassenso negar esta possibilidade ao juiz, tendo em conta as inúmeras prerrogativas concedidas ao tribunal para a descoberta da verdade material quanto aos factos alegados, reveladas pelo princípio do inquisitório, expresso no artigo 411.º, e mesmo por força da norma constante do n.º 1 do artigo 452.º.

Concordamos que, na senda de tudo quanto foi expendido a propósito do movimento jurisprudencial de defesa da livre apreciação dos depoimentos de parte no segmento em que os mesmos não importassem uma confissão ou a admissão de factos desfavoráveis, há que sopesar a importância inegável dos princípios da aquisição processual e da livre apreciação das provas, bem como da busca da verdade material. Contudo, somos da opinião de que tais afirmações não encontram aqui cabimento. Senão, vejamos.

A discussão doutrinária *supra* mencionada impunha-se nos casos em que o julgador era confrontado com determinadas declarações das partes em sede de depoimento de parte e, sendo-lhe humanamente impossível ignorá-las, ou melhor, desatender à convicção que estas lhe provocaram, necessitava de um argumento jurídico para que não tivesse de desconsiderar o que ouvira. Ora, tal não sucederá, no caso que aqui se nos coloca – se a própria parte não pretender prestar declarações de parte, o julgador não se deparará com este dilema.

Mesmo que tenhamos em conta os casos em que as declarações favoráveis à parte haviam resultado de pedidos de esclarecimentos ou de depoimento de parte determinados pelo próprio juiz, a argumentação jurídica acima referida também não procede. Assim é por não poder olvidar-se um fator essencial – o juiz tendia a querer valorar as declarações favoráveis da própria parte produzidas neste circunstancialismo porquanto as mesmas não possuíam nenhum outro meio de se fazerem legitimamente ouvir perante o tribunal. Sendo tão complexo o processo de análise da prova e de formação da respetiva convicção, esta barreira que por vezes se impunha, ao vedar a participação ativa das partes, levava a que o julgador a procurasse atenuar.

Assim, encontrando-se, agora, plenamente prevista a possibilidade de as partes serem ouvidas se assim o desejarem, não caberá ao julgador forçar essa audição. Tampouco terá o juiz fundamento para considerar que a não produção deste meio de prova encerrará prejuízo à aquisição da verdade material e, consequentemente, à

justiça da sua decisão – em suma, o juiz tem à sua disposição a possibilidade, não só de determinar a comparência para prestação de depoimento da parte, mas ainda de ordenar, em qualquer estado do processo, a prestação de informações ou esclarecimentos, ainda que sem finalidade probatória.

No demais, encontramos-nos claramente no domínio dos princípios do dispositivo e da autorresponsabilidade das partes, tendo de ser as partes a pugnar pela produção de prova quanto aos factos que lhes são favoráveis e, conseqüentemente, a suportar as respetivas consequências (negativas) de assim não o fazerem. A este propósito, atentem-se nas palavras de MANUEL DE ANDRADE: “[a]s partes é que conduzem o processo a seu próprio risco. Elas é que têm de deduzir e fazer valer os meios de ataque e de defesa que lhes correspondam (incluídas as provas), suportando uma decisão adversa, caso omitam algum. A negligência ou inépcia das partes redundará inevitavelmente em prejuízo delas (...)”.

. C) Objeto

Devem, desde já, ressaltar-se as diferenças existentes entre o objeto do depoimento de parte e o das declarações de parte. Com efeito, para além de, neste último meio de prova, não terem aplicação as restrições que balizam a admissibilidade da confissão¹²¹, urge ainda assinalar-se a letra do n.º 1 do artigo 466.º, que cinge as declarações de parte aos factos em que a parte tenha intervindo pessoalmente ou de que tenha conhecimento direto. Do preceito em questão decorre, portanto, que a parte poderá ser ouvida a depor somente sobre *factos pessoais*. Como refere, e bem, LEBRE DE FREITAS, “[n]ão teria aqui cabimento a referência aos factos de que a parte deva ter conhecimento, isto é, a presunção de que determinados factos lhe são pessoais, de acordo com as regras da experiência, visto que a iniciativa deste meio de prova só pode caber à própria parte e a pretensão desta ser ouvida sobre determinado facto contém em si a afirmação de que esse facto lhe é pessoal.”¹²²

Neste ponto, ISABEL ALEXANDRE relembra que, não se aplicando à figura das declarações de parte a previsão do n.º 2 do artigo 454.º, é, portanto, consentido que a parte deponha sobre factos criminosos ou torpes de que seja arguida, podendo,

¹²¹ Vide ponto 3.1. B).

¹²² Lebre de Freitas, *A Acção Declarativa Comum...*, ob. cit.

inclusivamente, ficar provada essa factualidade através das suas declarações. A mesma Autora questiona se, perante tal circunstância, deverá a parte ficar *“sujeita a alguma sanção processual ou consequência desfavorável, no plano probatório, se mentir sobre esse facto (atendendo a que se dispôs a prestar depoimento, sem para tal ser solicitada).”*¹²³.

Julgamos que a resposta deve ser afirmativa. Em primeiro lugar, propugnamos uma natural determinação de extração de certidão com vista à instauração de procedimento criminal pela prática do crime de que o tribunal tomou conhecimento com as declarações da parte, nos casos em que tal suceda. Se, todavia, a parte mentir sobre esse facto, incorrerá, por outro lado, na prática do crime previsto no n.º 1 do artigo 359.º do Código Penal, motivo pelo qual deverá ser igualmente instaurado o competente procedimento criminal¹²⁴. Ambas as medidas se justificam pela defesa da solenidade do tribunal e da importância de que se reveste uma audição perante o mesmo e perante o juiz – de facto, não se conceberia que fosse possível, em juízo, admitir a prática de um crime ou faltar à verdade com impunidade.

Quanto a sanções processuais, cremos que é aceitável, ainda que nos achemos reticentes em defendê-lo, a condenação da parte em multa, por litigância de má-fé, ao ter alterado a verdade dos factos ou omitido factos relevantes para a decisão da causa ou, por outro lado, ao praticar uma omissão grave do dever de cooperação, nos termos das als. b) e c) do n.º 2 do artigo 542.º. Considerando que a mentira da parte ou, eventualmente, a sua recusa em depor, agravadas pela circunstância de somente ter sido chamada a depor porquanto o requereu por iniciativa própria, consubstanciam, no mínimo, comportamentos contrários à boa fé; e que *“a má-fé traduz-se, em última análise na violação do dever de boa fé processual imposto às partes pelo art. 8.º”*¹²⁵, não enxergamos um argumento capaz de afastar a aplicação deste preceito, uma vez verificada, no caso concreto, a indispensável existência de dolo ou negligência grave da parte.

Por fim, no plano probatório, a parte que se recuse a depor ou que o faça faltando à verdade suportará, necessariamente, as consequências, tendencialmente negativas,

¹²³ Isabel Alexandre, *A fase de instrução...*, ob. cit.

¹²⁴ Vide pontos **3.1. D)** e **5.3. E)**.

¹²⁵ Abílio Neto, *Novo Código de Processo Civil Anotado*, 2ª ed. revista e ampliada, Almedina, 2014.

de tais condutas, à semelhança do que prescreve o n.º 2 do artigo 357.º do C.C., em sede de depoimento de parte. Referimo-nos, portanto, à livre apreciação e valoração, por parte do julgador, a que a atuação da parte estará sujeita, nos termos do n.º 3 do artigo 466.º.

. D) Indicação discriminada dos factos a que se reporta

Embora seja duvidoso avançar que a parte tem que indicar, de forma discriminada e à semelhança do que o n.º 2 do artigo 452.º exige para o depoimento de parte, os factos sobre que irão recair as suas declarações, inclinamo-nos a defender que sim, pois tal parece ter sido o intento da lei, ao aproximar este instituto do do depoimento de parte¹²⁶. Na verdade, parece-nos que, consubstanciando-se as declarações de parte num interrogatório dirigido pelo juiz – e não pretendendo ser este um momento em que é simplesmente concedida a palavra às partes, para alegarem à sua vontade – urge que haja um fio condutor na inquirição, que se traduz na indicação desses factos que a parte pretende ver provados. Aliás, tendo este meio de prova lugar somente mediante requerimento da própria parte, de outra forma não se conceberia, sob pena de, desconhecendo o tribunal a intenção probatória da parte, não só não poder avaliar a necessidade de tal meio de prova, como não poder, de todo, proceder à referida inquirição. Assim, caso a parte não tenha indicado os factos sobre os quais deverá incidir o interrogatório do juiz, deve o mesmo convidá-la, previamente, a complementar, nesse sentido, o seu requerimento.

Neste mesmo sentido, pugna o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 18/12/2013 [RODRIGUES PIRES], Processo nº 114/09.1TBETR-A.P1, *in* dgsi.pt, defendendo os Mmos. Juízes Desembargadores que, “[n]ão tendo feito tal discriminação, a solução não será no sentido do seu indeferimento, mas sim no do juiz convidar a parte requerente a fazê-la, solução que, de resto, melhor se coaduna com os objectivos de prossecução da verdade material e de aproveitamento dos actos das partes que apresentem deficiências.”.

Em sentido ligeiramente diferente, veja-se o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 03/11/2014 [SOARES DE OLIVEIRA], Processo nº 2246/05.6TBPNF.P2, *in* dgsi.pt, onde pode ler-se que “[p]or força do disposto no citado artigo 466º, 2, são aplicáveis

¹²⁶ Em sentido contrário, Isabel Alexandre, *A fase de instrução...*, *ob. cit.*

às declarações de parte, com as necessárias adaptações, as disposições respeitantes ao depoimento de parte. Destas consta a do artigo 452º, 2, do NCPC que impõe que, quando requerido, sejam, logo, indicados os factos sobre que há de recair. Esta imposição visa habilitar o julgador a admitir ou não qualquer um desses meios de prova atendendo a que só são admissíveis sobre determinados factos. Ora, o A. não cumpriu esta imposição legal, pelo que não estava em condições de ser admitida a sua pretensão. Assim, ainda que por razões diferentes, entendemos que tinha de ser indeferido o requerimento de prestação de declarações apresentado pelo A.” [sublinhado nosso].

Pronunciando-se igualmente a favor da necessidade de discriminação dos factos sobre os quais a parte vai prestar declarações, mas esvaziando de conteúdo tal obrigação, decidiu o Tribunal da Relação de Coimbra, por Acórdão datado de 03/04/2014 [HELENA MELO], Processo n.º 3310/13.3TBBRG.G1, in dgsi.pt que “[a] imposição da indicação discriminada dos factos sobre os quais há-de recair a prestação de declarações da parte, não impede que a parte requeira a prestação de declarações a toda a matéria.”.

. E) Outros aspetos processuais

No demais, o circunstancialismo em que se processará a produção deste novo meio de prova será essencialmente idêntico ao que se encontra previsto para o instituto do depoimento de parte, facto que é motivado, desde logo, pela remissão que o n.º 2 do artigo 466.º faz para este regime.

Assim, tal como já expusemos, por referência ao procedimento probatório do depoimento de parte¹²⁷, as declarações de parte são prestadas, por regra, na audiência final (artigo 456.º, n.º 1 ex vi artigo 466.º, n.º 2), depondo em primeiro lugar o réu, seguido do autor (artigo 458.º, n.º 1 ex vi artigo 466.º, n.º 2), salvo nos casos de necessidade de produção antecipada da prova (artigos 419.º e 420.º) ou de impossibilidade de comparência do depoente no tribunal (artigo 457.º ex vi artigo 466.º, n.º 2).

Nessa medida, pensamos que também será de aplicar, às declarações de parte, o juramento promissório a que alude o artigo 459.º, sendo certo que vale, neste

¹²⁷ Vide ponto 3.1. D).

domínio, tudo quanto foi dito a propósito da recusa a prestar juramento e a depor, em sede de depoimento de parte. As declarações de parte prosseguirão, nos termos do artigo 460.º, com o interrogatório preliminar destinado a identificar o depoente, seguido do interrogatório fundamental.

Por outro lado, parece resultar igualmente, da conjugação dos artigos 461.º, n.º 1 e 462.º, aplicados por via do n.º 2 do artigo 466.º, que o interrogatório da parte é conduzido pelo juiz, não podendo os mandatários das partes colocar questões diretamente ao depoente, somente lhes sendo permitido que peçam os esclarecimentos que se impuserem.

Acresce que, a parte que presta declarações, encontrando-se sempre sujeita ao dever de cooperação e verdade, deve responder a tudo o que lhe for perguntado, submeter-se às inspeções necessárias e facultar tudo o que lhe for solicitado, nos termos do disposto nos artigos 7.º, n.º 2 e 417.º, n.º 1, *ex vi* artigo 466.º, n.º 2. Ainda neste ponto, é de frisar a relevância que os deveres de boa-fé processual aqui adquirem – as declarações prestadas pelas partes devem corresponder à verdade material e não a uma “*verdade pretendida pela parte.*”¹²⁸

Por último, de notar que a parte, podendo agora prestar declarações como parte mediante requerimento por si apresentado, continua outrossim a poder depor como parte, a requerimento da contraparte, da comparte ou a instâncias oficiosas do juiz; sendo que ambos os depoimentos podem ter lugar na mesma audiência, acarretando a prestação de dois juramentos, ainda que em momentos diversos. Dir-se-á, aliás, que ambos os depoimentos têm de ser obrigatoriamente isolados, por falta de base legal que suporte outra convicção que não esta. Neste ponto, ISABEL ALEXANDRE destaca a contradição lógica do sistema que, por um lado, procura eliminar todas as barreiras artificiais e institui o primado da verdade material e que, de outra banda, pretende que a parte seja ouvida desarticuladamente, num momento admitindo factos que lhe são desfavoráveis e, num outro, relatando os que lhe são favoráveis.¹²⁹ PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO propõem, por outro lado, que, sabendo-se de antemão que a mesma parte deverá prestar depoimento de parte e declarações de parte – porque ambos os meios de prova já foram requeridos ou determinados – deve essa

¹²⁸ Rui Pinto, *Notas ao Código...*, *ob. cit.*

¹²⁹ Isabel Alexandre, *A fase de instrução...*, *ob. cit.*

mesma parte ser ouvida uma única vez, não havendo necessidade sequer de repetir o juramento¹³⁰.

Quanto à possibilidade de uma parte ser ouvida em sede de declarações de parte mais do que uma vez – o que poderia ocorrer caso tivesse requerido este meio de prova juntamente com os seus articulados, sendo ouvida no início da audiência e, posteriormente, durante a produção de prova, o requeresse novamente – entendemos que tal hipótese lhe deve ser terminantemente vedada pelo julgador, tendo por base o disposto no n.º 1 do artigo 6.º, que permite a recusa de todos os atos processuais impertinentes ou meramente dilatórios. Neste mesmo sentido, afirmam PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO que não teria cabimento ouvir a parte duas vezes sobre os mesmos factos uma vez que este meio de prova se destina, tal como todos os restantes, à demonstração de factos, e “*não a réplicas ou desabaços dos declarantes.*”¹³¹.

Uma derradeira nota, para afirmar que estamos também com ISABEL ALEXANDRE quando a Autora declara que se impunha uma necessária alteração legislativa ao Código Civil¹³², dado ser este o diploma que regula os meios de prova admissíveis, pertencentes ao instituto do direito probatório material.

5.4. Valor probatório

Relativamente ao valor probatório das declarações de parte, dispõe o n.º 3 do artigo 466.º que as mesmas são livremente valoradas pelo tribunal, exceção feita à parte em que possam constituir confissão. Não pondo em causa esta opção legislativa – inteiramente explicável pela circunstância inultrapassável de qualquer intervenção da parte no processo poder originar uma potencial confissão – somente acrescentaremos que, pretendendo o preceito em questão aludir ao valor probatório pleno da confissão, deve entender-se que só assim será quando a mesma for reduzida a escrito, conforme o preceituado no n.º 1 do artigo 463.º – de outra forma, a

¹³⁰ Paulo Ramos de Faria e Ana Luísa Loureiro, *Primeiras Notas...*, *ob. cit*

¹³¹ Paulo Ramos de Faria e Ana Luísa Loureiro, *Primeiras Notas...*, *ob. cit*

¹³² Isabel Alexandre, *A fase de instrução...*, *ob. cit.*

confissão será, tal como as declarações da parte, livremente valorada pelo tribunal, nos termos do n.º 4 do artigo 358.º do C.C.¹³³.

Quanto à livre valoração das declarações das partes, no segmento em que sejam favoráveis ao próprio declarante, tem-se verificado, como até já seria previsível que sucedesse, uma certa desconsideração e preconceito, logo à partida, relativamente a este novo meio de prova. Neste sentido, reitera ESTRELA CHABY que “[a]s particularidades de funcionamento da prova por declarações de parte, depõem, por um lado, no sentido da manutenção de um princípio de desconfiança em relação às declarações da parte, no que respeita aos factos que lhe seriam favoráveis; por outro, na convicção de alguma desnecessidade/inutilidade de audição da parte, considerando-se, sob esta perspectiva, que aquilo que a parte tem a dizer no processo tem oportunidade de o dizer em sede de alegações de factos.”¹³⁴

Com efeito, é curioso notar que parece ter proliferado desde logo, entre os diversos operadores jurídicos, uma determinada conceção das declarações de parte como processualmente improfícuas, por não poderem ser nunca de fiar as declarações abonatórias que determinado sujeito faça de si mesmo e das suas atuação e pretensão. Embora se compreenda perfeitamente a razão de ser de tal pensamento – o facto de “[a]s declarações pro se – sendo embora, a par das declarações contra se, declarações de ciência provenientes das partes –, quando desacompanhadas de outros elementos probatórios, desfrutem de escassa inferência probatória. Isto por causa da regra da experiência segundo a qual é pequeno o grau de convencimento adquirido relativamente às declarações favoráveis que a parte faz sobre a sua própria conduta passada e às declarações desfavoráveis que a mesma parte realiza relativamente às condutas ou comportamentos da parte contrária.”¹³⁵ – não poderemos deixar de nos manifestar inteiramente contra a generalização entretanto ocorrida. De facto, se a realidade fosse, efetivamente, a de que todas as declarações favoráveis ao próprio declarante não correspondem à verdade, então a prova por declarações de parte não teria qualquer razão de ser, devendo ser indeferida a sua produção em todos os processos em que tal questão se colocasse. Consideramos, pois, que é inaceitável um

¹³³ No mesmo sentido, Lebre de Freitas, *Sobre o novo Código...*, ob. cit.

¹³⁴ Estrela Chaby, *O Depoimento de Parte...*, ob. cit.

¹³⁵ Remédio Marques, *in A aquisição e a valoração...*, ob. cit.

juízo prévio desta natureza, devendo permitir-se ao juiz que, mediante cada caso concreto com que se depare, avalie livremente as declarações prestadas pelas partes e determine a medida em que as mesmas contribuíram para a formação da sua convicção. Não se tratando este de um meio de prova com valor probatório tarifado, mas sim com valor de prova livre, é injustificável que o mesmo seja antecipadamente tabelado e rotulado.

REMÉDIO MARQUES introduz outrossim, no mesmo excerto apresentado, ainda que o mesmo tenha sido escrito por referência às declarações favoráveis produzidas pela parte em sede de depoimento de parte, um importante tópico – a necessidade de tais declarações da parte terem de ser corroboradas por outros elementos probatórios. Pois bem, ainda que tal requisito, quanto às declarações de parte, não colha na lei qualquer amparo – muito pelo contrário, vimos já ser tal exigência contrária ao princípio da livre apreciação da prova – assim tem sido decidido pelos tribunais superiores. Senão, vejamos.

O Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 17/12/2014 [PEDRO MARTINS], Processo n.º 2952/12.9TBVCD.P1, *in* dgsi.pt sumariza que “*I - Depois da reforma de 2013 do CPC, as partes podem fazer prova de factos favoráveis, com as suas declarações, como decorre do art. 466/1 do CPC, mas essas declarações têm de ser minimamente corroboradas por outros meios de prova.*”.

Veja-se igualmente o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 15/09/2014 [ANTÓNIO JOSÉ RAMOS], Processo n.º 216/11.4TUBRG.P1, *in* dgsi.pt, em cujo sumário pode ler-se: “[a]s declarações de parte [artigo 466º do novo CPC] que divergem do depoimento de parte devem ser atendidas e valoradas com algum cuidado. As mesmas, como meio probatório, não podem olvidar que são declarações interessadas, parciais e não isentas, em que quem as produz tem um manifesto interesse na acção. Seria de todo insensato que sem mais, nomeadamente, sem o auxílio de outros meios probatórios, sejam eles documentais ou testemunhais, o Tribunal desse como provados os factos pela própria parte alegados e por ela, tão só, admitidos.”. Continuam os Mmos. Juízes Desembargadores, elucidando que, “*inexistindo outros meios de prova que minimamente corroborem a versão da parte, o mesmo não deve ser valorado, sob pena de se desvirtuar na totalidade o ónus probatório e que as acções se decidam apenas com as declarações das próprias partes.*”.

No mesmo sentido, o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 20/11/2014 [PEDRO MARTINS], Processo n.º 1878/11.8TBPFR.P2, in dgsi.pt, insiste que *“a apreciação desta prova faz-se segundo as regras normais da formação da convicção do juiz. Ora, em relação a factos que são favoráveis à procedência da acção, o juiz não pode ficar convencido apenas com um depoimento desse mesmo depoente, interessado na procedência da acção, deponha ele como testemunha ou preste declarações como parte, se não houver um mínimo de corroboração de outras provas. [...] A prova dos factos favoráveis aos depoentes não se pode basear apenas na simples declaração dos mesmos.”*.

Por último, cite-se o aresto do mesmo Tribunal, datado de 17/12/2014 [M. PINTO DOS SANTOS], Processo n.º 8184/11.6TBMAI.P1, in dgsi.pt, em cujo sumário se lê: *“I - As declarações de parte que não constituam confissão só devem ser valoradas, favoravelmente à parte que as produziu, se obtiverem suficiente confirmação noutros meios de prova produzidos e/ou constantes dos autos.”*. Os Mmos. Juízes Desembargadores acrescentam ainda que assim é *“até para que a Justiça não seja postergada e não seja a parte que as produziu como que a «julgar» em causa própria.”*.

Destaque-se que, nos dois últimos Acórdãos mencionados, o douto Tribunal recorreu à lição de JORDI NIEVA FENOLL, um processualista castelhano, por referência a figura semelhante à das declarações de parte em vigor no sistema processual civil espanhol, cuja tradução, constante de ambos os arestos, aqui se transcreve: *“A única coisa que importa valorar da declaração de um litigante é que o seu relato esteja espontaneamente contextualizado e que se veja credenciado por outros meios de prova. De contrário, a declaração é suspeita de falsidade, ou, ao menos, a sua força probatória é tão débil que não deve ser tida em conta. [...] Quanto à coerência, é quase seguro que o litigante terá falado com o seu advogado, e este, exercendo o seu ofício, ter-lhe-á feito recomendações sobre as declarações. Há que ter isso em conta a fim de não sobrevalorizar a coerência de um relato. O litigante pode ter falado mil vezes do objecto do processo com o advogado, pelo que é possível que, inclusive, tenha chegado a distorcer a história real de base, adaptando-a, sem estar disso consciente, ao que dizem os articulados processuais. [...] Pelo contrário, neste caso concreto, a espontaneidade pode ser um factor positivo a considerar quanto à veracidade da*

declaração. Como é seguro que o advogado, se fez bem o seu trabalho, construiu um relato estruturado e sem qualquer contradição, se a declaração do litigante também possui essa coerência que quase se poderia dizer excessiva, surge aqui um motivo para desconfiar. Porém, como se vê, esta circunstância é de muito difícil apreciação, pelo que somente se deveria socorrer da mesma com carácter subsidiário.”.

Por último, denota-se, desta feita nos Acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa, um movimento mais permissivo neste ponto, conferidor de maior apreço e sentido a este novo meio de prova.

O aresto de 29/04/2014, [CONCEIÇÃO SAAVEDRA], Processo n.º 211/12.6TVLSB.L1-7, *in* dgsi.pt, sintetiza, a propósito da prova por declarações de parte, que “III- Assistindo à parte o direito de provar os factos por si alegados e que sustentam a sua pretensão, ou mesmo de fazer a contraprova dos factos contra si invocados, é a ela que incumbe, sem prejuízo de certas limitações, eleger os meios de prova adequados à demonstração com que está onerada ou que, de algum modo, convém à prossecução dos seus interesses; IV- A menos que seja evidente a redundância em sentido favorável à parte requerente, é temerário justificar a recusa de um meio de prova com o facto de o Tribunal já estar convencido de uma certa versão dos factos.”.

Pode ainda ler-se, no aresto datado de 22/05/2014, [ONDINA ALVES], Processo n.º 1805/12.5TVLSB.L1-2, *in* dgsi.pt, o seguinte: “[...] resta-nos a objectividade do depoimento da testemunha Paulo e a incontornável credibilidade do depoimento prestado pelo autor, nas suas declarações de parte. E, como é sabido, tais declarações de parte, sendo perspectivadas como qualquer outro meio de recolha de prova, estão sujeitas à livre apreciação do julgador, conforme decorre do artigo 361º do C.C. Nestes termos, tais depoimentos, como foi entendido pelo julgador de 1ª instância, são susceptíveis de fundamentar as respostas positivas, restritivas ou explicativas dadas aos quesitos [...]”.

Diremos, em jeito de conclusão quanto à forma como deverão ser valoradas as declarações de parte, que, à partida, todo o material probatório validamente adquirido em processo deve permitir ao juiz formar a sua livre convicção. Daqui resulta a inexistência de qualquer fundamento epistemológico e legal para não se reconhecer, nesta prova por declarações de parte de que resultem factos favoráveis ao próprio

depoente, um meio válido de formação da convicção esclarecida e lógica do julgador, ou seja, uma fonte válida de convencimento racional do juiz.

Embora seja questão diferente a da suficiência dessas declarações para a formação desta convicção – pois que aceitamos como boa a regra da experiência que sugere que a fiabilidade das afirmações em benefício próprio é reduzida – ponto, para nós, assente é que este meio de prova não deve ser previamente desprezado nem objeto de um estigma precoce, sob pena de perversão do intuito da lei e do princípio da livre apreciação da prova.¹³⁶ Não olvidando o carácter aparentemente subsidiário das declarações de parte, certo é que foram legalmente consagradas como um meio de prova a ser livremente valorado, e não como passíveis de estabelecer um mero princípio de prova ou indício probatório, a necessitar forçosamente de ser complementado por outros. Assim sendo, e ainda que tal possa naturalmente suceder com pouca frequência na prática, defendemos que será admissível a concorrência única e exclusiva deste meio de prova para a formação da convicção do juiz em determinado caso concreto, sem recurso a outros meios de prova.

5.5. Confronto com os princípios processuais vigentes

A) Confronto com o princípio da igualdade

Foi LEBRE DE FREITAS quem identificou, no regime legal da prova por declarações de parte, uma manifesta, ou pelo menos potencial, violação do princípio da igualdade, dado ser este um meio de prova de cuja produção se pode vir a ter conhecimento apenas no decorrer da audiência. Nesta medida, se a parte contrária se encontrar presente ou representada na diligência, poderá socorrer-se de igual faculdade; todavia, colocam-se dificuldades se tal não suceder. Remata o mesmo Autor, afirmando que a parte *“pode não estar, precisamente por não contar com o requerimento da parte contrária –, tem de lhe ser dado conhecimento da pretensão da outra parte, a fim de, ela também, se oferecer, se quiser, para prestar declarações; e se só o seu advogado estiver presente, e declarar que esta também quer prestar declarações, a produção de prova não poderá terminar sem que elas tenham lugar.*

¹³⁶ Vide ponto 2. H).

*Não se diga em contrário que basta à parte assistir ao julgamento para que as suas declarações se tornem viáveis: a parte não tem o dever nem o ónus de estar presente e não é uma hipotética iniciativa da parte contrária que pode criar-lhe esse ónus. Se as alegações orais forem, por isso, adiadas, tanto pior. Esta observância escrupulosa do princípio da igualdade teria ganho em ficar bem expressa, de modo a não poder proporcionar a sua violação na prática.”.*¹³⁷

Nestes casos, tendo a audiência de continuar obrigatoriamente em sessão seguinte, para que se oiça a parte não presente cujo mandatário requereu as respetivas declarações, *“a preocupação de celeridade deve ser compatibilizada com o direito à prova e com o interesse da descoberta da verdade.”.*¹³⁸

PAULO PIMENTA, revendo esta posição anteriormente tomada, defende afinal que, por princípio, a parte deve encontrar-se presente aquando do requerimento das respetivas declarações, por forma a ser possível depor nesse momento; atendendo a que a solução contrária propicia comportamentos meramente dilatatórios e não se coaduna com os objetivos de estrita programação de uma audiência final tendencialmente inadiável. Ainda assim, o Autor refere que *“[d]e todo o modo, visto que o direito à prova merece tutela adequada, haverá, por certo, circunstâncias em que o juiz, consciencializando-se do eventual relevo das declarações da parte não presente na audiência, deverá admitir que o requerimento seja formulado pelo mandatário e a parte ouvida entretanto. Nesta ponderação, entende-se que o juiz haverá de considerar as razões pelas quais a parte não está presente (na certeza que a presença em audiência não é obrigatória, salvo havendo convocatória expressa) e as razões pelas quais não antecipou a conveniência do requerimento agora formulado.”.*¹³⁹

É ainda o mesmo Autor que, relativamente à questão da necessidade de dar conhecimento à parte não presente em julgamento do requerimento de prestação de declarações de parte da contraparte, sob pena de violação dos princípios do contraditório e da igualdade, afirma que tal notificação não é exigível, mesmo valorados os referidos princípios, uma vez que inexistente um *“nexo directo entre as declarações de parte do autor e as do réu, em termos de as declarações de um*

¹³⁷ Lebre de Freitas, *Sobre o novo Código...*, ob. cit.

¹³⁸ João Correia, Paulo Pimenta e Sérgio Castanheira, *Introdução ao Estudo...*, ob. cit.

¹³⁹ Paulo Pimenta, *Processo Civil...*, ob. cit.

constituírem resposta às do outro (e vice-versa).”¹⁴⁰. Contudo, o Autor admite, novamente em homenagem ao direito à prova, e tal como referido anteriormente, que o mandatário da parte não presente requeira a prestação de declarações do seu constituinte, a realizar em momento posterior.

Neste mesmo sentido, também ELIZABETH FERNANDEZ entende que a norma em questão não exige a expressa notificação à parte contrária, não se vislumbrando que haja um desrespeito pelo princípio de igualdade de armas.¹⁴¹ ARTUR CORDEIRO, partilhando da mesma opinião, acrescenta que *“tais declarações [de parte] devem ser encaradas como qualquer outro momento de recolha de prova, à qual assistem os advogados das partes com plena liberdade ao nível do exercício do contraditório, não se justificando um tratamento diverso, designadamente daquele que têm os depoimentos de parte oficiosamente determinados pelo Tribunal já em sede de julgamento.”*¹⁴² Por outro lado, ambos os Autores não aduzem qualquer impedimento a que a audiência final seja interrompida e adiada para produção das declarações da parte não presente no momento, requeridas pelo respetivo mandatário.

PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, manifestamente contra a possibilidade de os trabalhos serem suspensos e ter de ser designada nova data para outra sessão da audiência final por este motivo, discordam da concessão desta possibilidade, alicerçando tal opinião no princípio da inadiabilidade da audiência final, expresso no n.º 2 do artigo 606.º. Acrescentam os Autores que tal impedimento não constitui uma violação do princípio da igualdade porquanto *“[a] contraparte não presente goza de idêntico direito, mas optou por não o exercer, não se colocando em condições de o poder fazer, preferindo não comparecer na audiência final.”*¹⁴³

Pois bem, neste ponto, entendemos, à semelhança de alguns dos Autores citados, que o meio como foi legalmente instituída a prova por declarações de parte, mais concretamente, a oportunidade de formulação do seu requerimento, não constitui uma violação do princípio da igualdade. Com efeito, não se antevê motivo para que, à parte que decida, plena e conscientemente, não comparecer na audiência final, seja

¹⁴⁰ Paulo Pimenta, *Processo Civil...*, ob. cit.

¹⁴¹ Elizabeth Fernandez, *Um Novo Código...*, ob. cit.

¹⁴² Artur Cordeiro, *Audiência de julgamento no projecto do Código de Processo Civil*, in *O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.

¹⁴³ Paulo Ramos de Faria e Ana Luísa Loureiro, *Primeiras Notas...*, ob. cit

concedida a injustificada indulgência de uma notificação da prestação de declarações pela parte contrária e consequente adiamento da diligência, para que também esta possa prestar declarações, à semelhança do que a outra parte requereu, temporaneamente, na audiência a que atendeu. Embora saibamos que a lei não exige a presença obrigatória das partes em juízo, da mesma lei se retira que, tendo as mesmas sido notificadas da data da audiência final e sabendo ambas que aí serão produzidas todas as provas com interesse à boa decisão da causa; encontram-se as partes em igualdade de posições porquanto ambas estão aptas a comparecer e a exercer os direitos, faculdades e prerrogativas que lhes cabem.

Não se diga que o obstáculo estará no facto de na notificação da data da audiência não constar a referência às declarações de parte – se estas ainda não tiverem sido requeridas – uma vez que a parte, não estando presente na audiência final, não só não assistirá à hipotética declaração da contraparte, como também não presenciará eventuais depoimentos de parte ou prestação de esclarecimentos e informações entretanto determinados, bem como, a acareação e contradita de testemunhas que possa ocorrer – sem que, contudo e inexplicavelmente, quanto a estes casos se coloque tanta celeuma.

Pois bem, se as partes optarem, ainda assim, por faltar, terão de suportar as consequências negativas de tal escolha. Assim o dita, em primeiro lugar, o princípio da autorresponsabilidade das partes¹⁴⁴, pois que compete às mesmas deduzir os meios de ataque e de defesa que lhes correspondam; sendo, consequentemente, também elas quem suportam os efeitos, positivos ou negativos, para os seus próprios interesses, das respetivas condutas, ativas ou omissivas – neste caso, sofrerão, eventualmente, um desfecho desfavorável no domínio da factualidade dada como provada, em virtude da sua conduta omissiva, traduzida na sua falta de comparência na audiência final.

Também o princípio da preclusão¹⁴⁵ tem aqui cabimento, ao determinar que o não exercício de determinada conduta processual por uma das partes, no prazo legalmente estabelecido para o efeito, resulta na extinção da possibilidade de exercício posterior desse mesmo direito – neste caso, preclui-se o direito a requerer a prestação de declarações de parte até ao início das alegações orais em 1ª instância; pelo que, não se

¹⁴⁴ Vide ponto 2. E).

¹⁴⁵ Vide ponto 2. E).

encontrando a parte presente, não o poderá fazer. Não se alvitre, porém, que o requerimento poderá ser temporaneamente feito pelo mandatário presente em sua representação, pois que é nosso entendimento que o limite temporal estabelecido tem por fito a prestação dessas declarações nesse mesmo ato processual em que são requeridas; e não o seu requerimento formal para, contudo, só poderem ser prestadas obrigatoriamente mediante a marcação de nova data.

É igualmente de referir o princípio da cooperação¹⁴⁶, pois que, esperando-se das partes um comportamento processual ético e guiado pela boa-fé, na defesa dos respetivos interesses, tal exigência dificilmente se compadecerá de um absenteísmo consciente e injustificado, que crie prejuízo à boa e célere decisão da causa.

Por fim, não pode deixar de fazer-se menção aos princípios da economia e da celeridade processuais¹⁴⁷, o primeiro dos quais impõe que se procure obter o máximo resultado processual com o mínimo emprego de atividade, bem como, o máximo rendimento com o mínimo custo. Nessa medida, a realização escusada de duas audiências em vez de uma única traduzir-se-ia num ato contrário a este princípio.

Quanto ao princípio da celeridade processual, manifestando-se o mesmo na necessidade de organização do processo para que chegue ao seu termo o mais depressa possível; também este princípio orientador não seria prosseguido se se acedesse ao adiamento da audiência – além do que, não nos parece que a falta de comparência da parte caiba no conceito de “*motivos de força maior ou absoluta necessidade*” ínsito no n.º 2 do artigo 606.º e passível de fundamentar essa interrupção.

B) Confronto com o princípio da celeridade processual

A doutrina tem sido, quanto à análise da prova por declarações de parte, particularmente implacável no confronto desta com o princípio da celeridade processual, o que se compreende perfeitamente, por se poderem avançar inúmeras hipóteses, nesta sede, em que tal princípio poderá sofrer graves desvios.

Destaque-se, sobretudo, o inconveniente da incerteza acerca da sua realização em juízo, atendendo à possibilidade do seu requerimento tardio, que em nenhuma

¹⁴⁶ Vide ponto 2. C).

¹⁴⁷ Vide ponto 2. D).

medida se coaduna com a imposta programação meticulosa da audiência final, nos termos dos artigos 591.º, n.º 1, al. g) e 593.º, n.º 2, al. d), a ocorrer em momento em que as declarações das partes não poderão ser consideradas se ainda não foram requeridas, tampouco impondo a lei que já o tivessem sido. A única via para eliminar esta contrariedade seria, de facto, a subordinação das declarações de parte ao mesmo regime de indicação antecipada a que se encontram sujeitos os restantes meios de prova, sendo certo que tal comportaria uma restrição das potencialidades de uso e funções deste meio de prova.¹⁴⁸

Em adição, as declarações de parte também poderão, como acabámos de observar, originar a interrupção e o adiamento da audiência final¹⁴⁹, o que acarretará ainda maior demora na boa decisão da causa, com custos acrescidos para todos os intervenientes processuais.

Por outro lado, não podemos deixar de referir-nos ao tempo processual despendido nas situações em que tal meio de prova é usado abusiva e desnecessariamente. Neste ponto, relembra ISABEL ALEXANDRE que o recurso às declarações de parte poderá redundar em prejuízo incontornável da tão desejada celeridade processual nas situações em que, causando as declarações de uma parte, requeridas à última hora, algum receio na parte contrária, esta última, receando que, se não utilizar a mesma faculdade, o juiz possa suspeitar de que tem algo a esconder ou de que nada mais tem a acrescentar, o requeira também ela, por mera cautela. A mesma Autora defende que *“a única via de solução do dilema passará, por um lado, por uma efectiva aplicação de sanções às partes que indevidamente utilizem a prestação de declarações com objectivos dilatórios (sanções que já se encontram previstas no ordenamento, ponto é que sejam aplicadas) e, por outro lado, por uma observância estrita dos princípios da igualdade e do contraditório, não permitindo que a parte fique prejudicada por não ter requerido ao juiz para ser ouvida ou por não ter podido exercer cabalmente o contraditório em relação a um depoimento-surpresa da contraparte.”*¹⁵⁰

¹⁴⁸ Vide ponto 5.3. A).

¹⁴⁹ Frise-se, contudo, que somos contrários a esta solução de adiamento – vide ponto 5.5. A).

¹⁵⁰ Isabel Alexandre, *A fase de instrução...*, ob. cit.

Neste seguimento, aconselha ANTÓNIO JÚLIO CUNHA a que “[à]s partes deverá recusar-se a pretensão de prestarem declarações, sempre que se verifique que com as mesmas se pretende, essencialmente, reagir contra prova desfavorável já produzida, sem que aquelas tenham uma ‘especial ligação’ com os factos objeto da instrução.”¹⁵¹

Tendo-nos já pronunciado favoravelmente em relação a esta opção do indeferimento¹⁵², somente nos apraz dizer que, atendendo a que o n.º 2 do artigo 630.º consagra a recorribilidade das decisões de (in)admissibilidade de meios probatórios, tal poderá funcionar como um obstáculo a que o juiz profira semelhante despacho, procurando evitar ver a sua atuação posteriormente escrutinada e eventualmente modificada.

Resta-nos, pois, aqui chegados, quanto a este e a todos os outros tópicos abordados, aguardar que a prática judiciária se encarregue de encontrar a utilização mais conveniente e eficaz deste novo meio de prova consagrado, revelando ao legislador a melhor solução legal futura.

¹⁵¹ Assim, António Júlio Cunha, *Direito Processual Civil...*, ob. cit.

¹⁵² Vide ponto 5.1.

CONCLUSÕES

- I. A última alteração legislativa não eliminou o impedimento do artigo 496.º a que a parte deponha como testemunha, tendo igualmente conservado a função do depoimento de parte como um meio de exclusiva obtenção da prova por confissão e o poder de o juiz de pedir esclarecimentos e informações.
- II. O Código continuou a não prever que a parte seja chamada a depor sobre os factos do litígio, independentemente de lhe serem favoráveis ou desfavoráveis, conferindo ao juiz o poder de valorar livremente as declarações; não tendo sido introduzido o *testemunho de parte* paralelo ao de outros ordenamentos jurídicos analisados.
- III. A prova por declarações de parte foi especialmente concebida para ações cuja factualidade a provar assenta em situações em que, pelas suas circunstâncias ou natureza, apenas tenham tido intervenção as próprias partes, não tendo sido presenciadas por terceiros, ou relativamente às quais as partes tenham tido uma percepção direta privilegiada, sendo reduzida a possibilidade de produção de outros meios de prova – procurando, assim, remover-se um obstáculo formal ao apuramento da verdade material.
- IV. A exposição oral que a parte faça dos factos privilegia, através do contacto direto entre o juiz e as partes, a possibilidade deste ter uma percepção da realidade histórica tal como a mesma ocorreu, em detrimento da simples leitura da alegação de factos concretizada nos respetivos articulados.
- V. Este meio de prova representa um avanço, sobretudo na concretização do direito de ação e defesa, aqui especialmente considerada a vertente do direito à prova; bem como, constitui uma homenagem aos princípios da oralidade e da imediação.
- VI. A experiência tem revelado, contudo, um recurso constante e obstinado a este novo meio de prova, grande parte das vezes abusiva e desnecessariamente.
- VII. O meio de conjugação dos interesses e direitos em oposição menos lesivo é o de, prevendo legalmente a possibilidade de declarações de parte, atribuir ao juiz a tarefa de avaliação das circunstâncias e necessidades de cada caso concreto, que se poderá – e deverá – traduzir no eventual indeferimento dos requerimentos de declarações de parte despropositados e numa gestão e condução, quer da audiência, quer do processo, pelos critérios da necessidade, da celeridade e da pertinência.

VIII. A prova por declarações de parte pode, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 466.º, ser requerida até ao início das alegações orais em 1ª instância, até ao último instante possível, mesmo após a produção de todos os outros meios de prova já ter decorrido – surge como um caso de excecional condescendência do legislador e como um último reduto das partes em sede de produção de prova.

IX. Este meio de prova poderá servir para as partes clarificarem incertezas resultantes dos depoimentos de peritos ou testemunhas, que sejam incompatíveis com o alegado pela parte no respetivo articulado ou com o asseverado pela mesma em sede de depoimento de parte; para atenuar a limitação temporal quanto à apresentação dos restantes meios de prova e suprir uma dificuldade de prova de que a parte e o respetivo mandatário só puderam ter perceção ao longo da audiência; ou assegurar uma possibilidade de resposta às exceções deduzidas pela contraparte, atendendo a que o âmbito de aplicação da réplica foi substancialmente restringido.

X. O regime propositadamente permissivo quanto ao momento em que poderá ocorrer o requerimento deste meio de prova, não se compaginaria com a sua inclusão no elenco sequencial detalhado do n.º 3 do artigo 604.º.

XI. As partes podem assistir livremente ao julgamento da causa e requerer a prestação de declarações em qualquer momento até ao início das alegações orais de 1ª instância, depondo após as testemunhas e antes da realização dessas mesmas alegações.

XII. A audição integral de toda a produção de prova em juízo propicia condutas menos honestas e condicionará forçosamente o teor de umas declarações posteriores.

XIII. O único meio de harmonizar os valores e princípios em oposição reside na valoração que se faça das declarações de parte prestadas – o juiz sempre terá de atender, aquando da análise crítica que fizer da prova produzida, à circunstância de as declarações de parte ocorrerem no início do julgamento ou, de outra banda, somente em momento anterior às alegações orais e, neste último caso, tendo ou não o declarante assistido à produção de toda a prova.

XIV. As declarações de parte só poderão ser requeridas pela própria parte.

XV. As declarações de parte cingem-se aos factos em que a parte tenha intervindo pessoalmente ou de que tenha conhecimento direto, não tendo aplicação as restrições que balizam a admissibilidade da confissão.

XVI. A parte tem que indicar, de forma discriminada e à semelhança do que o n.º 2 do artigo 452.º exige para o depoimento de parte, os factos sobre que irão recair as suas declarações.

XVII. A parte, podendo agora prestar declarações como parte mediante requerimento por si apresentado, continua a poder depor como parte, a requerimento da contraparte, da comparte ou a instâncias oficiosas do juiz; sendo que ambos os depoimentos podem ter lugar na mesma audiência mas têm de ser obrigatoriamente isolados.

XVIII. A parte não pode ser ouvida em declarações de parte mais do que uma vez.

XIX. As declarações de parte são livremente valoradas e, não se tratando de um meio de prova com valor probatório tarifado, mas sim com valor de prova livre, deve permitir-se ao juiz que, mediante cada caso concreto com que se depare, avalie livremente as declarações prestadas pelas partes e determine a medida em que as mesmas contribuíram para a formação da sua convicção.

XX. Embora tal possa ser raro, admite-se a concorrência única e exclusiva deste meio de prova para a formação da convicção do juiz em determinado caso concreto, sem recurso a outros meios de prova.

XXI. O meio como a prova por declarações de parte foi legalmente instituída, mais concretamente, a oportunidade de formulação do seu requerimento, não constitui uma violação do princípio da igualdade.

XXII. Não há motivo para que a parte que decida, plena e conscientemente, não comparecer na audiência final tenha de ser notificada da prestação de declarações pela parte contrária, com o consequente adiamento da diligência, para que também esta possa prestar declarações.

XXIII. O adiamento da audiência final por esse motivo viola os princípios da autorresponsabilidade das partes, da preclusão, da cooperação, da economia e da celeridade processuais.

XXIV. As declarações de parte poderão ainda pôr em causa o princípio da celeridade processual em inúmeras outras situações, de onde se destacam a sua impossibilidade de inclusão na programação prévia da audiência final ou a sua utilização desnecessária e abusiva, pelas partes.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, ISABEL – A Fase da Instrução no Processo Declarativo Comum, *in Aspectos do Novo Processo Civil*, Lisboa, Lex, 1997, pp. 273-314.
- Provas Ilícitas em Processo Civil, Coimbra, Almedina, 1998.
- O dever de gestão processual do juiz na proposta de lei relativa ao novo Código de Processo Civil, *in O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.
- A fase de instrução e os novos meios de prova no Código de Processo Civil de 2013, *in Revista do Ministério Público*, Ano 13 (Abril – Junho 2013), 2013, pp. 9-42.
- ANDRADE, MANUEL DE – Noções Elementares de Processo Civil, Coimbra Editora, 1983.
- CASTRO, ANSELMO DE – Direito Processual Civil Declaratório, vol. III, Almedina, 1982.
- CHABY, ESTRELA – O Depoimento de Parte em Processo Civil, Coimbra, Coimbra Editora, 2014.
- CORDEIRO, ARTUR – Audiência de julgamento no projecto do Código de Processo Civil, *in O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.
- CORREIA, JOÃO/ PIMENTA, PAULO/ CASTANHEIRA, SÉRGIO – Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013, Almedina, 2013.
- CORREIA, JOÃO – As linhas orientadoras da Reforma do Processo Civil, *in O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.
- CUNHA, ANTÓNIO JÚLIO – Direito Processual Civil Declarativo à luz do Novo Código de Processo Civil, Lisboa, Quid Juris, 2013.
- CUNHA, JOSÉ VIEIRA E – A audiência prévia no Código Revisto – 2013, *in O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.
- FARIA, PAULO RAMOS DE/ LOUREIRO, ANA LUÍSA – Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil – os Artigos da Reforma, vol. I, Almedina, 2013.

- FARIA, PAULO RAMOS DE – O instituto da gestão processual: breve comentário ao artigo 6.º do Código de Processo Civil português (excertos), *in* O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.
- FARO, MARIA JOÃO SOUSA – A audiência Prévia, *in* O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.
- FERNANDEZ, ELIZABETH – Um Novo Código de Processo Civil? Em busca das Diferenças, Porto, Vida Económica, 2014.
- FREITAS, JOSÉ MANUEL LEBRE DE – Do conteúdo da base instrutória, *in* Julgar, Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Coimbra, 2012, n.º 17 (Maio-Agosto 2012), pp. 69-73.
- Sobre o novo Código de Processo Civil (uma visão de fora), *in* Julgar, Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Coimbra, 2012, n.º 17 (Maio-Agosto 2012), pp. 69-73.
 - Os temas da prova, *in* O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.
 - A Acção Declarativa Comum à luz do Código de Processo Civil de 2013, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013.
 - A Confissão no Direito Probatório – Um Estudo de Direito Positivo, 2ª ed., Coimbra Editora, 2013.
 - A Falsidade no Direito Probatório – Contribuições para o Estudo da Prova Documental, 2ª ed., Almedina, 2013.
 - Introdução ao Processo Civil – Conceitos e Princípios Gerais à luz do novo Código, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013.
- GERALDES, ANTÓNIO ABRANTES – Temas da nova reforma do Processo Civil, *in* Revista da Ordem dos Advogados, Lisboa, 2013, Ano 73, (Janeiro-Março 2013), pp. 23-61.
- GOMES, MANUEL TOMÉ SOARES – Um olhar sobre a prova em demanda da verdade no Processo Civil, *in* Revista do CEJ, 2º Semestre de 2005, n.º 3, pp. 127-168.

- GOUVEIA, MARIANA FRANÇA – A Prova, *in* Themis Revista da Faculdade de Direito da UNL, Edição Especial Código Civil Português: Evolução e Perspectivas Actuais, Almedina, 2008, pp. 331-341.
- O princípio dispositivo e a alegação de factos em processo civil: a incessante procura da flexibilidade processual, *in* Revista da Ordem dos Advogados, Lisboa, 2013 (no prelo).
- LIMA, PIRES DE/ VARELA, ANTUNES – Código Civil Anotado, vol. I, reimpressão da 4ª ed., Coimbra Editora, 2010.
- MARQUES, JOÃO PAULO REMÉDIO – Acção Declarativa à luz do Código Revisto, 3ª ed., Coimbra, Wolters Kluwer, Coimbra Editora, 2011.
- A aquisição e a valoração probatória de factos (des)favoráveis ao depoente ou à parte chamada a prestar informações ou esclarecimentos, *in* Julgar, Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Coimbra, 2012, n.º 16 (Janeiro-Abril 2012), pp. 137-172.
- MENDES, CASTRO – Direito Processual Civil, vol. I, ed. AAFDL.
- MOREIRA, RUI – Os princípios estruturantes do processo civil português e o projecto de uma nova Reforma do Processo Civil, *in* O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.
- NETO, ABÍLIO – Novo Código de Processo Civil Anotado, 2ª ed. revista e ampliada, Almedina, 2014.
- PIMENTA, PAULO – Tópicos para a reforma do Processo Civil português, *in* Julgar, Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Coimbra, 2012, n.º 17 (Maio-Agosto 2012), pp. 109-134.
- Os temas da prova, *in* O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.
- Processo Civil Declarativo, Almedina, 2014.
- PINTO, RUI – Notas ao Código de Processo Civil, 1ª ed., Coimbra Editora, 2014.
- RAMOS, JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO – Desígnios do “novo” Código de Processo Civil Português, *in* O Direito, Almedina, Ano 145.º, IV, 2013, pp. 797-816.

- REGO, CARLOS LOPES DO – Os princípios orientadores da reforma do Processo Civil em curso – o modelo de acção declarativa, *in* *Julgar*, Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Coimbra, 2012, n.º 16 (Janeiro-Abril 2012), pp. 99-129.
- REIS, ALBERTO DOS – Código do Processo Civil Anotado, vol. IV, 3ª ed., Coimbra Editora, 2012.
- RODRIGUES, FERNANDO PEREIRA – A prova em Direito Civil, Coimbra Editora, 2011.
- O Novo Processo Civil – Os Princípios Estruturantes, Almedina, 2013.
- RODRIGUES, GABRIELA CUNHA – A acção declarativa comum, *in* *O Novo Processo Civil: Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, caderno I, 2ª ed., 2013.
- SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE – Introdução ao Processo Civil, Lisboa, Lex, 1993.
- As partes, o objecto e a prova na acção declarativa, Lisboa, Lex, 1995.
- Estudos sobre o novo processo civil, Lisboa, Lex, 1997.
- VALLES, EDGAR – Prática Processual Civil com o Novo CPC, 7ª ed., Almedina, 2013.
- VARELA, ANTUNES/ NORA, SAMPAIO E/ BEZERRA, JOSÉ MIGUEL – Manual de Processo Civil, 2ª ed., Coimbra Editora, 2006.

Documentos de natureza legislativa:

- Proposta de Revisão do Código de Processo Civil apresentada pela Comissão de Revisão, em Dezembro de 2011, e que pode ser consultada em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-justica/documentos-oficiais/20111218-revisao-codigo-processo-civil.aspx> (acesso, em 18/02/2015)
- Projeto de “*Novo Código de Processo Civil*” apresentado pelo Ministério da Justiça, em Outubro de 2012, e que pode ser consultado em <https://sites.google.com/site/ippcivil/politica-legislativa-2/revisao-do-cpc> (acesso, em 18/02/2015)
- Proposta de Lei n.º 113/XII – Aprova o Código de Processo Civil, apresentada pelo Governo na Assembleia da República, em 30 de Novembro de 2012, e que pode

ser consultada em <<https://sites.google.com/site/ippcivil/politica-legislativa-2/revisao-do-cpc>> (acesso, em 18/02/2015)

Pareceres legislativos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil [podem ser consultados em <<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=37372>> (acesso em 09/03/2015):

Parecer do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais [CSTAF]

Parecer da Ordem dos Advogados

Parecer da Ordem dos Notários

Parecer do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público [SMMP]

Parecer do Conselho dos Oficiais de Justiça [COJ]

Parecer do Supremo Tribunal de Justiça [STJ]

Parecer do Movimento de Justiça e Democracia [MJD]